



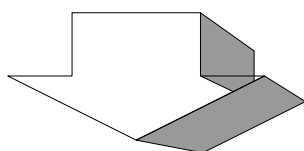
# Relatório de Actividades de 2007

O presente documento constitui o  
Relatório de Actividades previsto  
no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro,  
e no Despacho n.º 21172/2001, do Ministro das Finanças,  
publicado no DR II n.º 236, de 11 de Outubro.

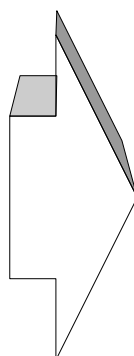
i n t e g r i d a d e  
i n o v a ç ã o  
f i a b i l i d a d e

## Resultados-Chave

por cada €  
aplicado na IGF



detectámos  
€ 28,80



€ 4,52  
de imposto em  
falta

€ 24,29  
de despesa  
irregular

# Destques 2007

Da imensa variedade de resultados quantitativos e qualitativos produzidos pela IGF, destacamos a seguir alguns cuja importância permite ilustrar os elevados resultados conseguidos, com o limitado orçamento da IGF:

- **Em economia nos contratos públicos;**
- **Em acréscimo de imposto e de matéria colectável;**
- **Em ganhos de eficiência;**
- **Na formulação de propostas de melhoria dos sistemas de gestão e controlo.**

## Resultados Quantitativos

Orçamento da IGF (Milhões €)	2006	2007
1. Orçamento de funcionamento corrigido	9,9	9,9
2. Orçamento de Investimento (PIDDAC) corrigido	0,7	0,9

Resultados Quantitativos da Actividade (Milhões €)	2006	2007
1. Imposto em falta	30,5	48,8
2. Correções de base tributária	156,0	139,4
3. Despesas irregulares com pessoal e outras	27,0	43,5
4. Participação de infracções financeiras	23,2	66,0
5. Participação de infracções criminais	1,8	0,0
6. Poupança acumulada de recursos fin. públicos em concessões	5,2	1,3
7. Comparticipações financeiras irregulares	0,5	0,0
8. Impacto financeiro do controlo em Fundos da UE	150,0	12,1
9. Bonificações de crédito com anomalias	130,4	45,0

Relação Recursos/Resultados (na Actividade da IGF) <sup>1</sup>	2006	2007
1. Imposto em falta / Orçamento Global da IGF	2,96	4,52
2. Despesa Pública Irregular / Orçamento Global da IGF	20,18	24,29
3. Resultado / Orçamento Global da IGF	23,15	28,80

Número de Acções Desenvolvidas	2006	2007
1. Auditorias concluídas no ano	131	146
2. Auditorias em curso no fim do ano	77	132
3. Acções de acompanhamento e monitorização concluídas	130	77
4. Acções de acompanhamento e monitorização em curso	42	114
5. Acções de assessoria e apoio técnico concluídas no ano	202	61
6. Acções de assessoria e apoio técnico em curso	4	110
7. Outras concluídas	16	13
8. Outras em curso	9	31
TOTAL de acções concluídas (controlo e outras)	479	297
TOTAL de acções em curso no fim do ano	132	387
TOTAL de acções concluídas e em curso	611	684

<sup>1</sup> Para o cálculo dos rácios de resultados não foram considerados os valores das linhas 2 e 9 e parcialmente da 6, do quadro *resultados quantitativos da actividade*, por existir um razoável grau de incerteza quanto ao valor final efectivo. Refira-se que, em 2007, no cálculo do imposto em falta se considerou também o montante relativo a 25% de metade das *correções de base tributária*.

## Intervenções de maior relevância

### Sistema de Controlo Interno

- **Aprovação e entrada em operação do SiAUDIT - Sistema de informação de apoio à execução das auditorias dos diversos membros do SCI;**
- **Aprovação do Manual de Auditoria do SCI.**

### Controlos dos fundos comunitários

- **Assinatura do Contrato de Confiança com a Comissão Europeia;**
- **Coordenação com Autoridades de Auditoria e com a Comissão Europeia em matéria de auditoria, controlo financeiro e protecção dos interesses financeiros da UE;**
- **Coordenação do funcionamento do Sistema Nacional de Controlo dos Fundos Estruturais e de Coesão;**
- **Auditorias a todos os programas operacionais do QCA III;**
- **Certificação de projectos do Fundo de Coesão;**
- **Auditorias temáticas aos mecanismos financeiros do EEE e QCA III e Mercados Públicos;**
- **Certificação das contas anuais do FEAGA e FEADER;**

## Auditoria orçamental

- Auditoria à concentração da despesa no último quadrimestre (DUQ) de cada ano e caracterização da qualidade da mesma.
- Auditorias aos sistemas de controlo interno dos organismos públicos previstas na Lei de Enquadramento do Orçamento de Estado;
- Auditoria aos programas orçamentais do Ensino Superior.

## Controlo financeiro na Administração Central

- Auditoria ao cumprimento das medidas de contenção da despesa pública - pessoal e aquisições de serviços - 3ª Fase (3 ramos das Forças Armadas, GNR, PSP, ARSLVT e Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental);
- Auditoria ao processo de convergência dos subsistemas de saúde das Forças Armadas, da GNR, da PSP e dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça na ADSE;
- Auditoria ao sistema de funcionamento das juntas médicas da CGA;
- Auditorias aos saldos financeiros das Universidades e Politécnicos.
- Auditoria às participações de capital de SFA em entidades privadas;
- Auditorias a diversos institutos públicos.

## Controlo financeiro na Administração Local

- Avaliação da situação financeira de Municípios e empresas municipais;
- Auditorias em Municípios, no âmbito do controlo das Despesas com Pessoal e na lógica de Grupo;
- Auditorias aos Municípios no âmbito da urbanização e da edificação;
- Auditorias à concessão de subsídios e outros apoios nos Municípios.

## Controlo financeiro no Sector Empresarial do Estado (SEE)

- Contributo para a operacionalização do novo quadro legal do Sector Empresarial do Estado (SEE);
- Acompanhamento e controlo financeiro e da gestão de 46 empresas públicas, com enfoque na gestão previsional das empresas, evolução da situação económica e financeira, e evolução do esforço financeiro público;
- Emissão de 35 pareceres sobre as contas dos hospitais empresarializados;
- Auditorias a entidades públicas empresariais do sector da saúde;
- Controlo do crédito bonificado;
- Auditoria financeira limitada aos aumentos do capital social de empresas públicas;
- Auditoria aos contratos de serviços celebrados por empresas públicas;
- Auditoria ao controlo financeiro dos grandes projectos públicos.



## Controlo financeiro no Sector Empresarial Local (SEL)

- Acção (follow-up) em Empresas Públicas Municipais;
- Análise de participações de interesses patrimoniais e de participações detidas (directa ou indirectamente) por gestores públicos;

## Controlo de parcerias público-privadas (PPP)

- Auditoria ao sistema de gestão e controlo dos contratos de concessão rodoviários em regime de *project finance*;
- Verificação do cumprimento pelos concessionários dos aspectos financeiros relativos à concessão rodoviária, à concessão ferroviária, ao serviço público de televisão e ao transporte aéreo;
- Acompanhamento de contratos de gestão hospitalar.

## Controlo da Administração Tributária

- Auditorias aos sistemas de controlo:
  - da transmissibilidade de prejuízos e do planeamento fiscal;
  - do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos;
  - das obrigações dos Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e de Pensões;
  - dos rendimentos prediais para efeitos de IRS;
  - do regime de tributação dos grupos de sociedades.

## Controlo de sistemas de informação

- Auditoria aos Controlos gerais do Sistema de Informação do Subsídio de Desemprego;
- Comunicação de dados entre a SS e a Administração Fiscal no âmbito do protocolo de cooperação.

## Controlo da organização e da gestão dos RH da AP

- Ponto de situação da avaliação do desempenho dos trabalhadores dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado em 2006 e 2007.

## Apoio técnico especializado

- **Elaboração das Linhas de Orientação para a Construção do QUAR, Quadro de Avaliação e Responsabilização, no âmbito do CCAS, Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, que constituem um referencial para os serviços da Administração Pública em sede de auto-avaliação de desempenho.**
- **Prestação de apoio técnico especializado em inúmeras situações, designadamente nos domínios:**
  - **Reforma da Administração Pública;**
  - **Gestão Pública;**
  - **Grandes projectos públicos;**
  - **Parcerias Público-Privadas e Contratos de Concessão;**
  - **Comissões e grupos de trabalho;**
- **Participação na preparação de instrumentos legislativos em diferentes domínios de intervenção.**

## Cooperação

- Assinatura do protocolo de cooperação com a Intervención General de la Administración del Estado de Espanha;
- Cooperação com instituições homólogas da EU (Bulgária, Suécia, República Checa, Roménia) e de países candidatos (Turquia);
- Cooperação com os PALOP no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFIN);
- Cooperação com instituições homólogas dos PALOP, designadamente as Inspeções Gerais de Finanças de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe;
- Cooperação institucional nacional com diversas entidades, designadamente, Polícia Judiciária, Direcção-Geral dos Impostos, Procuradoria-Geral da República, Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura e Pescas e com o Instituto do Vinho e da Vinha.

## Seminários e Conferências

- Seminário sobre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 - 2013 com a participação da Comissão Europeia, Tribunal de Contas Europeu e de instituições homólogas de França e da Alemanha;
- Seminário sobre auditoria integrada organizado pela IGF e Intervención General de la Administración del Estado de Espanha (IGAE) de Espanha;

## ÍNDICE

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>ESTRUTURA POR PROJECTOS .....</b>	<b>15</b>
<b>MISSÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>16</b>
<b>CLIENTES .....</b>	<b>17</b>
<b>MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2. CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS (AUTO-AVALIAÇÃO) .....</b>	<b>19</b>
<b>ANÁLISE GLOBAL DA EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE .....</b>	<b>20</b>
<b>OBJECTIVOS ORGANIZACIONAIS PARA A IGF.....</b>	<b>22</b>
<b>ANÁLISE DOS OBJECTIVOS GLOBAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>OBJECTIVOS OPERACIONAIS POR PROJECTO (NÍVEL 2) .....</b>	<b>26</b>
<b>OBJECTIVOS INDIVIDUAIS (NÍVEL 3) .....</b>	<b>30</b>
<b>3. AVALIAÇÃO DETALHADA DA EXECUÇÃO (PROJECTOS).....</b>	<b>31</b>
<b>COORDENAÇÃO DOS CONTROLOS NACIONAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>CONTROLOS DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS .....</b>	<b>32</b>
<b>AUDITORIA ORÇAMENTAL .....</b>	<b>40</b>
<b>CONTROLO DE PROGRAMAS ORÇAMENTAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>CONTROLO FINANCEIRO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL .....</b>	<b>42</b>
<b>CONTROLO FINANCEIRO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL .....</b>	<b>46</b>
<b>CONTROLO FINANCEIRO NO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE) .....</b>	<b>48</b>
<b>CONTROLO FINANCEIRO NO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL (SEL) .....</b>	<b>54</b>

CONTROLO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) .....	55
CONTROLO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	56
CONTROLO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	59
AVALIAÇÃO .....	60
CONTROLO DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DOS RH DA AP .....	61
ACÇÕES DE NATUREZA INVESTIGATÓRIA E DISCIPLINAR.....	61
APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO .....	62
PLANEAMENTO E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS.....	67
ACÇÕES DE COOPERAÇÃO .....	69
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS .....	73
4. RECURSOS UTILIZADOS .....	75
CONDICIONANTES DAS ACTIVIDADES .....	75
RECURSOS HUMANOS .....	75
FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	78
RECURSOS FINANCEIROS .....	79
RECURSOS MATERIAIS .....	80
LISTA DE SIGLAS .....	81
ANEXO I – RECURSOS HUMANOS EM 31.12.2007 .....	84
ANEXO II – RECURSOS FINANCEIROS .....	85
ANEXO III – TIPO DE PRODUTOS DA IGF .....	86

## 1. APRESENTAÇÃO

Em conformidade com o ponto 14 do Despacho n.º 21172/2001, do Ministro das Finanças, publicado no DR II n.º 236, de 11 de Outubro, o presente documento visa dar conta da execução do Plano de Actividades para 2007.

## ESTRUTURA POR PROJECTOS

A actividade da IGF assenta numa estrutura por projectos que integram um conjunto de acções, para os quais concorrem recursos afectos a vários centros de competências, tendo em conta as suas qualificações académicas e profissionais, e recursos afectos à área de suporte (SUP).

São seis os centros de competências da IGF:

- Controlo Financeiro Comunitário (CFC);
- Controlo Financeiro Público (CFP);
- Controlo Financeiro Empresarial (CFE);
- Controlo da Administração Tributária (CAT);
- Avaliação de Intervenções e Entidades Públicas (AVA);
- Controlo das Tecnologias e Sistemas de Informação (CSI).

A partir dos sistemas de informação da IGF é possível quantificar e avaliar, ainda que globalmente, os custos com cada projecto ou acção, incluindo também os custos indirectos repartidos (instalações, comunicações, vencimentos, etc.). Para este efeito foi desenvolvido um indicador global de recursos afectos que se considera mais expressivo e adequado, designado por Custo Global do Dia Útil de Inspeção (CGDUI), que consiste na divisão do orçamento de funcionamento da IGF (sem Ajudas de Custo, Deslocações e Estadas) pelo número total de dias úteis de inspector disponíveis em cada ano na IGF.

## MISSÃO

**Avaliação e controlo estratégico da administração financeira do Estado e apoio técnico especializado ao Ministério das Finanças e da Administração Pública.**

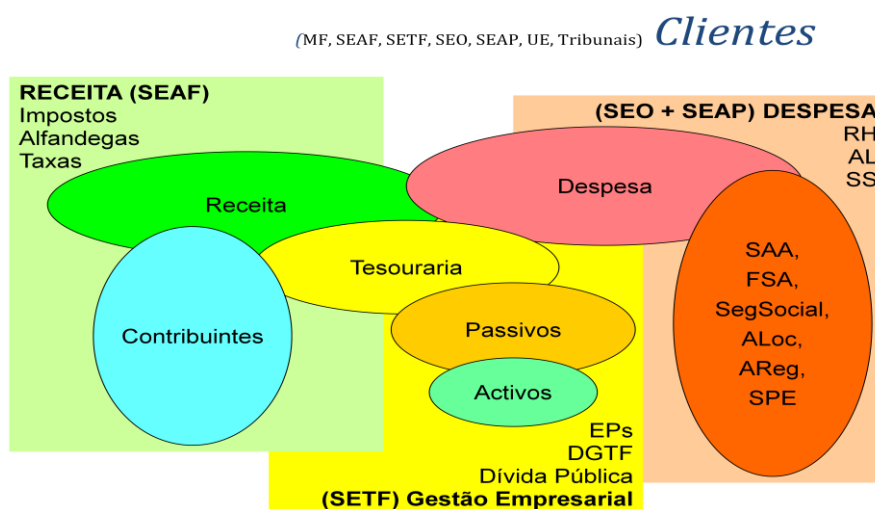
## ATRIBUIÇÕES

- Exercer, no âmbito da administração financeira do Estado, a auditoria e o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira, contribuindo para a economia, a eficácia e a eficiência na obtenção das receitas públicas e na realização das despesas públicas, nacionais e comunitárias;
- Proceder a acções sistemáticas de auditoria financeira, incluindo a orçamental com a colaboração da Direcção-Geral do Orçamento, de controlo e avaliação dos serviços e organismos, actividades e programas da administração financeira do Estado, com especial incidência nas áreas da organização, gestão pública, funcionamento e recursos humanos, visando a qualidade e eficiência dos serviços públicos;
- Presidir ao Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno, bem como elaborar o plano estratégico plurianual e os planos de acções anuais para efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental;
- Exercer as funções de autoridade de auditoria e desempenhar as funções de interlocutor nacional da Comissão Europeia nos domínios do controlo financeiro e da protecção dos interesses financeiros relevados no Orçamento Comunitário;
- Realizar acções de coordenação, articulação e avaliação da fiabilidade dos sistemas de controlo interno dos fluxos financeiros de fundos públicos, nacionais e comunitários;
- Realizar auditorias financeiras, de sistemas e de desempenho, inspecções, análises de natureza económico-financeira, exames fiscais e outras acções de controlo às entidades, públicas e privadas, abrangidas pela sua intervenção;
- Realizar auditorias informáticas, em especial à qualidade e segurança dos sistemas de informação, relativamente às entidades, públicas e privadas, abrangidas pela sua intervenção;
- Avaliar e propor medidas destinadas à melhoria da estrutura, organização e funcionamento dos serviços, organismos, actividades e programas e dos sistemas de controlo, bem como acompanhar a respectiva implementação e evolução;
- Realizar sindicâncias, inquéritos e averiguações nas entidades abrangidas pela sua intervenção, bem como desencadear e desenvolver os procedimentos disciplinares e contra-ordenacionais, quando for o caso;
- Avaliar e controlar o cumprimento da legislação que regula os recursos humanos da Administração Pública;
- Avaliar e controlar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão por entidades do sector público, privado ou cooperativo, em regime de concessão ou de contrato de associação;
- Prestar o apoio técnico especializado ao Ministério das Finanças e da Administração Pública.



**CLIENTES**

Os principais clientes dos produtos da IGF são o Ministro de Estado e das Finanças e os seus Secretários de Estado, sendo que o leque de destinatários dos trabalhos da IGF vai desde os contribuintes até aos utilizadores dos recursos financeiros (entidades auditadas), como se ilustra na figura seguinte:



SEAF - Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais; SETF – Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças; SEO – Secretaria de Estado do Orçamento; SEAP – Secretaria de Estado da Administração Pública

São igualmente destinatários dos serviços prestados pela IGF:

- Outros membros do Governo;
- Comissão Europeia (a IGF exerce as funções de autoridade de auditoria e de interlocutor nacional da Comissão Europeia em matéria de auditoria e protecção dos interesses financeiros da UE);
- Entidades auditadas (beneficiárias dos produtos e do conhecimento dos auditores da IGF);
- Ministério Público (quando são detectados casos dos quais possa vir a resultar responsabilidade criminal);
- Tribunal de Contas (quando são detectados casos dos quais possa vir a resultar responsabilidade financeira).

Poderão ainda, eventualmente, ser destinatários dos serviços prestados pela IGF, outros tribunais (pedidos de informação, parecer técnico, peritos, etc.).

## MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO

O contacto com os clientes é feito ao nível da direcção superior, em função da natureza das actividades que lhes dizem respeito.

A auscultação das entidades auditadas realiza-se no âmbito do processo do contraditório, quer na sua perspectiva informal no decurso dos trabalhos, quer em sede de intervenção formal nos termos do Despacho n.º 441/98-XIII, do Ministro das Finanças, de 19 de Outubro.

A participação dos funcionários processa-se, designadamente, no âmbito das unidades de trabalho em que estão inseridos.

## 2. CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS (AUTO-AVALIAÇÃO)

A actuação da IGF desenvolveu-se de acordo com os objectivos estratégicos definidos no Plano Estratégico para o triénio 2007 - 2009, e em conformidade com os projectos delineados no Plano de Actividades para 2007.

A articulação dos instrumentos de planeamento e de avaliação de desempenho organizacional e individual está esquematizada na figura seguinte:

### Articulação dos Instrumentos de Planeamento / Desempenho na IGF



Uma vez que a actividade de missão da IGF se encontra estruturada em projectos, estes devem operacionalizar e herdar os objectivos enunciados na estratégia.

Como se ilustra na figura anterior, há um relacionamento de herança entre os três níveis de objectivos. O responsável de um projecto responde por um conjunto de objectivos estratégicos aos quais está vinculado. Ao mesmo tempo um funcionário designado para uma acção inerente a um projecto responde pelos objectivos desse projecto ao receber objectivos individuais relativos à actividade que aí desenvolve.

Os projectos executados em 2007 encontram-se evidenciados no quadro de objectivos operacionais por projecto (pág. 26). Os custos de cada projecto são obtidos através da aplicação de um custo-padrão designado por CGDUI (Custo Global do Dia Útil de Inspeção) resultante da divisão do orçamento de funcionamento pelo total da capacidade da IGF medida em DUI (Dia Útil de Inspeção). Este indicador situou-se em 281€ no ano de 2007.

Os critérios de selecção das acções executadas em cada projecto assentaram numa matriz de risco ajustada no âmbito das várias áreas de intervenção.

No anexo IV encontram-se tipificados os produtos da actividade da IGF.

## ANÁLISE GLOBAL DA EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE

### ARTICULAÇÃO COM OS INSTRUMENTOS MACRO-ECONÓMICOS

Tendo em consideração toda a actividade realizada durante o ano de 2007, podemos concluir que as acções levadas a cabo pela IGF se inserem nos grandes objectivos definidos nos principais instrumentos macro-económicos do Governo, designadamente, Programa do Governo, Grandes Opções do Plano e Programa de Estabilidade e Crescimento, conforme expresso no quadro seguinte.

### Mapa de relação dos Objectivos Macroeconómicos com a Actividade da IGF

Objectivos macroeconómicos	Actividade desenvolvida pela IGF
Consolidar as Finanças Públicas	Coordenação estratégica do Sistema de Controlo Interno
	Auditorias em execução do artigo 62.º da LEO
	Controlo do outsourcing na Administração Pública
	Controlo das receitas próprias na Administração Pública
	Sistema remuneratório em SFA/IP com contrato individual de trabalho
	Controlo das ajudas de Estado
	Controlo dos regimes e apoios específicos
	Controlo dos subsídios e outros apoios do Estado - crédito bonificado
	Controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão.
	Controlo da gestão do património imobiliário em SFA
Modernizar a Administração Pública	Controlo em áreas de risco específicas em EP
	Modernização administrativa, qualidade e racionalização em serviços públicos
	Controlo de grandes projectos públicos
Cooperação externa	Avaliação da eficiência de Centros de Emprego
	Cooperação e relações institucionais
Reforma da Administração Pública	Apoio técnico especializado - participação em júris, comissões e grupos de trabalho
	Avaliação do sistema de indicadores de desempenho de entidades da Administração Central
	Apoio técnico especializado - reforma da Administração Pública

Assumir os desafios da competitividade	Gestão do conhecimento - formação e desenvolvimento de competências
	Controlo e avaliação das tecnologias e sistemas de informação na Administração Pública
Reforço da sustentabilidade dos sistemas de saúde	Controlo dos subsistemas de Saúde
	Controlo financeiro das parcerias público-privadas e outros contratos de concessão no sector da Saúde
	Controlo da contratualização das EPE na Saúde
	Controlo financeiro das EPE da Saúde
Combate à fraude e evasão fiscais	Controlo das obrigações tributárias de entidades, sectores e segmentos de actividade de risco de incumprimento, fraude e evasão fiscais.
	Controlo e avaliação da competitividade e da justiça do sistema tributário.
	Controlo do financiamento municipal no âmbito da urbanização e da edificação.
	Controlo tributário dos grupos económicos e do regime especial das SGPS.

*TRABALHOS DE CONTROLO, AVALIAÇÃO E APOIO TÉCNICO DESENVOLVIDOS (POR PRODUTO)*

A cada acção da IGF no âmbito do controlo financeiro e apoio técnico corresponde um produto, com outputs, metodologias e resultados específicos. As acções concluídas e em curso, imputáveis ao ano de 2007, originaram os seguintes produtos:

PRODUTOS	2006	2007		Total
	Nº acções concluídas	Nº acções concluídas	Nº acções em curso	
<b>Auditorias</b> (financeira, de desempenho, de sistemas, informáticas e outras)	131	143	124	<b>267</b>
<b>Acção investigatória sancionatória</b> (Inquéritos, sindicâncias, averiguações, processos disciplinares e de contra-ordenação)	3	0	2	<b>2</b>
<b>Acompanhamento e monitorização</b> (no âmbito de actividades de controlo comunitário, de entidades parafinanceiras, <i>follow-up</i> , controlo financeiro de SA/EPE e Planos/Balanços de controlo)	130	77	114	<b>191</b>
<b>Avaliações</b> (de programas e outras)	2	3	8	<b>11</b>

PRODUTOS	2006	2007		Total
	Nº acções concluídas	Nº acções concluídas	Nº acções em curso	
<b>Assessoria e apoio técnico</b> (pareceres e estudos, análise de denúncias e participações, participação em comissões, comités e grupos de trabalho, apoio à função accionista do Estado, colaboração com entidades judiciais e outras, análise de contratos de concessão)	202	61	110	171
<b>Coordenação e cooperação</b> (apoio ao presidente do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno, estudos e pareceres, plano e relatórios de actividades, e outros)	11	13	29	42
<b>TOTAL</b>	<b>479</b>	<b>297</b>	<b>387</b>	<b>684</b>

Tendo em conta as finalidades, a perspectiva sistémica e as metodologias das intervenções da IGF, os efeitos delas decorrentes não se traduzem, normalmente, em resultados imediata e directamente mensuráveis. Mas, nem por isso são menos importantes, pois correspondem primordialmente a modificações progressivas no quadro legal, nas estruturas das organizações, nos modelos de gestão e nos procedimentos, de que resultam importantes ganhos de carácter duradouro.

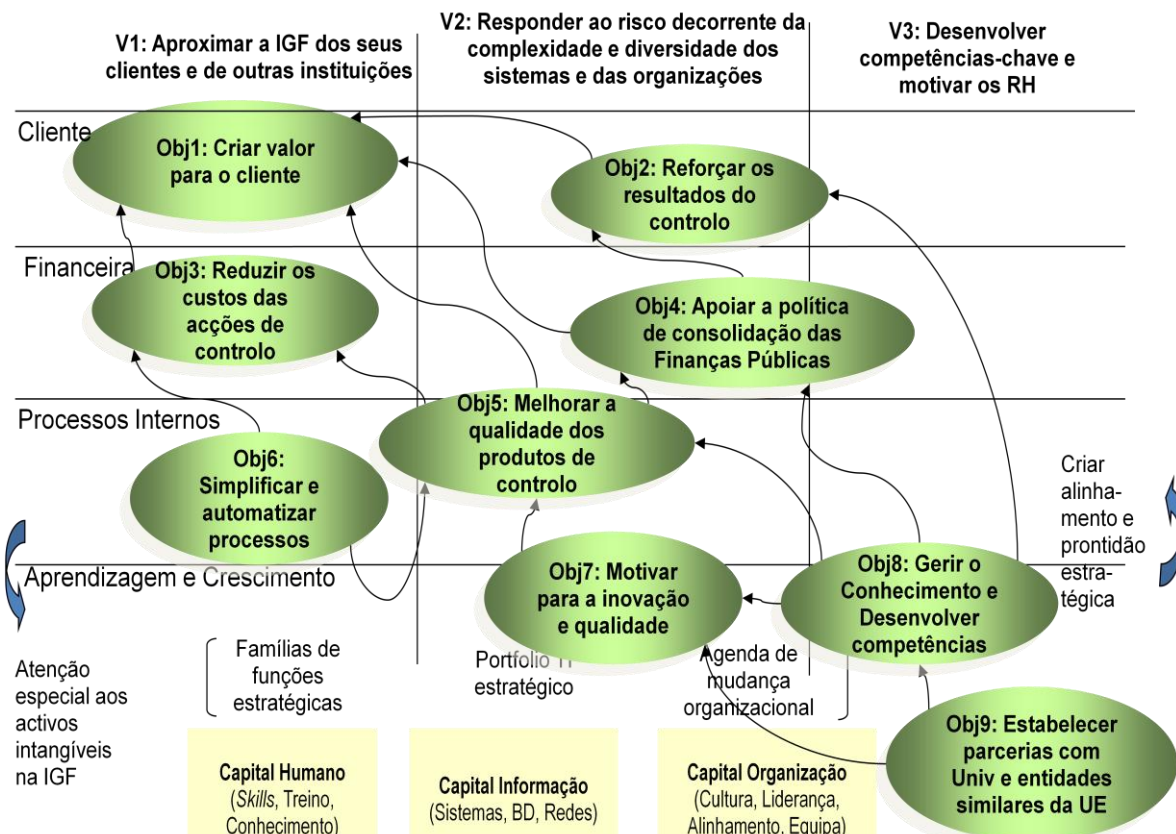
#### OBJECTIVOS ORGANIZACIONAIS PARA A IGF

A IGF organiza-se na linha dos princípios da moderna gestão pública, designadamente no que respeita à capacidade de liderança e responsabilização pela obtenção de resultados a cada nível hierárquico. Estrutura-se segundo um modelo flexível assente em equipas multidisciplinares.

Os objectivos operacionais derivam do Plano Estratégico e foram adoptados na execução dos projectos. A situação observada no cumprimento dos objectivos (positiva, em tolerância ou negativa) apresenta-se a seguir, primeiro para os objectivos estratégicos com análise global da eficácia, eficiência e qualidade, apresentando-se depois para os objectivos operacionais.

Para 2007 foram definidos os seguintes vectores estratégicos conforme representado no esquema seguinte:

## Mapa Estratégico IGF



A resposta à crescente complexidade das organizações tornou-se uma condicionante forte da actividade de avaliação e controlo, especialmente porque existe um aumento crescente do risco de controlo nas empresas que se agruparam e desmaterializaram grande parte dos elementos demonstrativos do seu negócio. Para responder a este desafio, o controlo financeiro do futuro deverá recorrer a parcerias com outras instituições nacionais e europeias (do mesmo sector de actividade e universidades) para investigar e desenvolver modelos inovadores que permitam acompanhar melhor a evolução destas organizações multinacionais.

Para 2007 foram definidos os seguintes objectivos e respectivos indicadores com metas, tolerâncias e pesos relativos:

MAPA DE INDICADORES USADOS EM 2007

Perspectiva	Cod	Vec tores	Objectivo / Indicador	Tipo	Meta anual	Tolerância	Peso no Objectivo	Valor anual observado	Nível % atingido	Contributo p <sup>a</sup> Obj
Cliente	Obj1	V1	Obj1: Criar Valor para o Cliente	Eficácia	100%	10%			100%	
	Ind1	V1	<a href="#">(Recomendações Aceites / Recomendações Propostas) * 100</a>	Resultado	80%	10	50%	99%	123%	50,0%
	Ind2	V1	<a href="#">Nº de novos pedidos satisfeitos</a>	Resultado	10	5	50%	33	330%	50,0%
	Obj2	V2	Obj2: Reforçar os resultados do controlo	Eficácia	100%	10%			100%	
	Ind3	V2	<a href="#">Efeitos Financeiros / Orçamento da IGF</a>	Resultado	5	1	100%	45,36	907%	100,0%
Financeira	Obj3	V1	Obj3: Reduzir custos das acções de controlo	Eficiência	100%	10%			100%	
	Ind4	V1	<a href="#">Custo Global DUJ</a>	Resultado	300	30	100%	281	106%	100,0%
	Obj4	V2	Obj4: Apoiar a política de consolidação das finanças públicas	Eficiência					100%	
	Ind5	V2	<a href="#">Efeitos Financeiros</a> (M€)	Resultado	50	10	100%	448	896%	100,0%
Processos Internos	Obj5	V2	Obj5: Melhorar a qualidade dos produtos de controlo	Qualidade	100%	10%			100%	
	Ind6	V2	<a href="#">Índice de qualidade das acções de controlo (1 a 5)</a>	Resultado	3,7	1	100%	4,32	117%	100,0%
	Obj6	V1	Obj6: Simplificar e automatizar processos	Qualidade					100%	
	Ind7	V1	<a href="#">Nº de processos redesenhados para workflow</a>	Resultado	2	1	100%	4	200%	100,0%
Aprendizagem e Crescimento	Obj7	V2	Obj7: Motivar para a inovação e qualidade	Qualidade	100%	40%			100%	
	Ind8	V2	<a href="#">Nº de horas de autoformação</a>	Resultado	3000	600	100%	3508,5	117%	100,0%
	Obj8	V3	Obj8: Gerir o conhecimento e desenvolver competências	Qualidade	100%	10%			100%	
	Ind9	V3	<a href="#">Nº de horas de formação</a>	Resultado	9000	1800	100%	14241	158%	100,0%
	Obj9	V3	Obj9: Estabelecer parcerias com Univers. entidades similares da UE	Qualidade	100%	40%			100%	
	Ind10	V3	<a href="#">Nº de parcerias + protocolos + acções de parceria</a>	Resultado	12	6	100%	18	150%	100,0%

Legenda

Cor	Situação
	Positiva
	Tolerância
	Negativa



## ANÁLISE DOS OBJECTIVOS GLOBAIS

### Perspectiva Cliente

- **Obj1 - Criar Valor para o Cliente:** foram superados ambos os objectivos, o rácio (Recomendações Aceites / Recomendações Propostas) situou-se em níveis excelentes e houve um número elevado de novos pedidos satisfeitos;
- **Obj2 - Reforçar os resultados do controlo:** foi superado uma vez que os efeitos financeiros excederam largamente o Orçamento da IGF.

### Financeira

- **Obj3 - Reduzir custos das acções de controlo:** foi superado, uma vez que o Custo Global DUI se situou abaixo do previsto;
- **Obj4 - Apoiar a política de consolidação das finanças públicas:** foi superado porque os efeitos financeiros decorrentes da actividade da IGF se situaram acima das expectativas para o ano. Os efeitos financeiros incluem diversos componentes desde imposto em falta até despesa irregular detectada.

### Processos Internos

- **Obj5 - Melhorar a qualidade dos produtos de controlo:** foi superado. O índice de qualidade das acções de controlo, medido de 1 a 5 situou-se acima do valor esperado;
- **Obj6 - Simplificar e automatizar processos:** foi superado. Foram redesenhados diversos processos no sentido da simplificação e redução de custos através de meios tecnológicos de *workflow*.

### Aprendizagem e Crescimento

- **Obj7 - Motivar para a inovação e qualidade:** foi superado;
- **Obj8 - Gerir o conhecimento e desenvolver competências:** foi superado. O número de horas de formação foi bastante elevado;
- **Obj9 - Estabelecer parcerias com Universidades e entidades similares da EU:** foi superado. Foram assinados diversos protocolos e estabelecidas várias parcerias cujos resultados têm efeitos na aprendizagem do pessoal da IGF.

## OBJECTIVOS OPERACIONAIS POR PROJECTO (NÍVEL 2)

Para a avaliação dos objectivos de 2º nível importa ter em conta que a IGF se encontra estruturada por unidades de trabalho encarregues da execução de projectos, cuja responsabilidade pela direcção operacional é confiada anualmente por Despacho do Inspector-Geral de Finanças, a dirigentes intermédios.

Os objectivos de nível 2, elencados por projecto, concorrem de forma diferenciada para os objectivos de nível 1, dada a sua diferente natureza. Por seu turno, também os objectivos de nível 2 poderão ser repercutidos, de forma diferenciada, pelas unidades de trabalho que asseguram a execução dos projectos em função do seu tipo e dos resultados esperados.

Com base nos dados quantificados dos objectivos de nível 1 e da situação concreta de cada projecto, tal como se descreve mais à frente, podemos assinalar os seguintes resultados [Superado (OK), Tolerável (T) e Não superado (KO)]:

## OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA OS PROJECTOS

Projectos	Objectivos Estratégicos									Resultado
	1.Criar valor cliente	2.Reforçar Controlo	3.Reduzir Custos	4.Consolidar Finanças Publicas	5.Qualidade	6.Simplificar	7.Motivar	8.Gerir Conhecimento	9.Parcerias	
<i>Coordenação dos controlos nacionais</i>										
<i>Coordenação Estratégica Sistema de Controlo Interno</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Controlos dos fundos comunitários</i>										
<i>Coordenação Sistema Nacional Controlo QCA III</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Autoridade de Auditoria QREN 2007 – 2013</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Controlo Financeiro dos Programas Comunitários INTERREG</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Protecção dos Interesses Financeiros da CE</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Coordenação com Autoridades de Controlo Financeiro (Comissão e EM)</i>	X	X	X	X					X	OK
<i>Controlo financeiro dos Fundos Estruturais 2000-2006</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Controlo financeiro do Fundo de Coesão 2000-2006</i>	X	X	X	X	X					OK
<i>Controlo Financeiro do FEAGA e FEADER 2007</i>	X	X	X		X					OK
<i>Controlo Financeiro do FEOGA GARANTIA 2006</i>	X	X	X		X					OK

Projectos	Objectivos Estratégicos									Resultado
	1. Criar valor cliente	2. Reforçar Controlo	3. Reduzir Custos	4. Consolidar Finanças Públicas	5. Qualidade	6. Simplificar	7. Motivar	8. Gerir Conhecimento	9. Parcerias	
<b>Auditoria orçamental</b>										
Auditorias em execução do artigo 62.º da LEO	X	X	X	X	X					OK
Controlo das receitas próprias na Administração Pública	X	X	X	X	X					OK
Controlo dos saldos financeiros das universidades e politécnicos	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo de programas orçamentais</b>										
Controlo do programa orçamental da Justiça	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo Financeiro na Administração Central</b>										
Controlo das relações financeiras interorganismos dos ramos das Forças Armadas	X	X	X	X	X					OK
Controlo dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros	X	X	X	X	X					OK
Controlo dos subsistemas de saúde	X	X	X	X	X					OK
Controlo das aquisições de bens e serviços nos ramos das Forças Armadas e nas Forças de Segurança	X	X	X	X	X					T
Controlo do outsourcing na Administração Pública	X	X	X	X	X					OK
Controlo dos subsídios e outros apoios do Estado	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo financeiro nos Serviços e Fundos Autónomos e na Segurança Social</b>										
Sistema Remuneratório em SFA/IP com contrato individual de trabalho	X	X	X	X	X					OK
Controlo Financeiro em áreas de risco em SFA	X	X	X	X	X					OK
Controlo da gestão do património imobiliário da Segurança Social	X	X	X	X	X					OK
Prestação de contas e controlo operacional em SFA	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo financeiro na Administração Local</b>										
Controlo do Endividamento Municipal	X	X	X	X	X					OK
Controlo das Despesas com o Pessoal das Autarquias Locais	X	X	X	X	X					OK
Controlo das autarquias locais numa lógica de grupo	X	X	X	X	X					OK
Controlo do financiamento municipal no âmbito da urbanização e da edificação	X	X	X	X	X					OK
Controlo no âmbito da requalificação e reabilitação urbana	X	X	X	X	X					T
Controlo Financeiro do Associativismo Municipal	X	X	X	X	X					OK

Projectos	Objectivos Estratégicos									Resultado
	1. Criar valor cliente	2. Reforçar Controlo	3. Reduzir Custos	4. Consolidar Finanças Públicas	5. Qualidade	6. Simplificar	7. Motivar	8. Gerir Conhecimento	9. Parcerias	
<b>Controlo financeiro no Sector Empresarial do Estado (SEE)</b>										
Controlo da Situação Económico-Financeira de EP	X	X	X	X	X					OK
Controlo do endividamento de EP	X	X	X	X	X					OK
Controlo de Grupos Empresariais Públicos	X	X	X	X	X					OK
Controlo de contratos de empreitadas das EP	X	X	X	X	X					OK
Controlo em áreas de risco específicas em EP	X	X	X	X	X					OK
Parecer às contas das EPE e outras entidades de natureza empresarial	X	X	X	X	X					OK
Controlo da contratualização das EPE na Saúde	X	X	X	X	X					OK
Controlo das ajudas de Estado	X	X	X	X	X					T
Controlo financeiro de grandes projectos públicos	X	X	X	X	X					OK
Controlo Financeiro de Associações de EP's com privados	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo financeiro no Sector Empresarial Local (SEL)</b>										
Controlo do processo de criação e sustentabilidade do sector empresarial local	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo de parcerias público-privadas (PPP)</b>										
Controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo da Administração Tributária</b>										
Controlo e avaliação da competitividade e da justiça do sistema tributário	X	X	X	X	X	X				OK
Controlo do regime das SGPS e SGII	X	X	X	X	X					OK
Controlo das obrigações tributárias das entidades públicas	X	X	X	X	X					OK
Controlo e avaliação da intervenção e do desempenho da administração tributária	X	X	X	X	X					OK
Controlo e avaliação dos processos de gestão da administração tributária	X	X	X	X	X					OK
<b>Controlo de sistemas de informação</b>										
Controlo e avaliação das Tecnologias e Sistemas de Informação da AP	X	X	X	X	X	X				OK
<b>Avaliação</b>										
Avaliação de medidas no âmbito de Programas Orçamentais	X	X	X	X	X					OK
Avaliação da eficiência de Centros de Emprego	X	X	X	X	X					OK

Projectos	Objectivos Estratégicos									Resultado
	1. Criar valor cliente	2. Reforçar Controlo	3. Reduzir Custos	4. Consolidar Finanças Públicas	5. Qualidade	6. Simplificar	7. Motivar	8. Gerir Conhecimento	9. Parcerias	
<b>Controlo da organização e da gestão dos RH da AP</b>										
Modernização administrativa, qualidade e racionalização em serviços públicos	X	X	X	X	X	X				OK
Avaliação do sistema de indicadores de desempenho de entidades da AC	X	X	X	X	X					OK
<b>Ações de natureza investigatória e disciplinar</b>										
Ação investigatória e disciplinar	X	X			X					OK
<b>Apoio técnico especializado</b>										
Apoio técnico especializado - Reforma da Administração Pública	X			X	X	X	X			OK
Apoio técnico especializado - Económico-financeiro	X		X	X	X					OK
Apoio técnico especializado – jurídico	X				X		X			OK
Apoio técnico especializado - Comissões e grupos de trabalho	X				X		X			OK
<b>Planeamento e gestão de competências</b>										
Prospectiva, Planeamento, Inovação e Benchmarking	X	X	X	X	X					OK
Gestão de Conhecimento – Formação e Desenvolvimento de Competências	X				X		X	X	X	OK
Investigação e desenvolvimento, boas práticas e intelligence	X	X	X		X		X			OK
<b>Ações de cooperação</b>										
Cooperação e Relações Institucionais	X				X		X	X	X	OK
<b>Organização e Gestão Internas</b>										
Organização e Gestão Internas			X		X	X	X	X		OK

**Legenda**

Cor	Resultado	Descrição
OK	Superado	Em curso e dentro das previsões para os objectivos
T	Tolerável	Não foi realizado devido ao desvio de recursos para responder a solicitações pontuais da tutela e à saída de recursos humanos da IGF
KO	Não superado	Sem hipótese de realização

### OBJECTIVOS INDIVIDUAIS (NÍVEL 3)

No início do ano foram estabelecidos os objectivos individuais anuais (em fichas próprias). No decorrer do ano são fixados objectivos individuais específicos definidos pelo responsável de equipa multidisciplinar em cada acção de auditoria onde os recursos humanos são envolvidos.

Os objectivos operacionais individuais em cada acção de controlo tiveram um andamento positivo dentro das expectativas e foram reflectidos na avaliação de desempenho individual.

### 3. AVALIAÇÃO DETALHADA DA EXECUÇÃO (PROJECTOS)

O desenvolvimento das actividades da IGF no ano de 2007 decorreu de acordo com as orientações estratégicas definidas no respectivo Plano Estratégico (2007-2009), visando o cumprimento dos objectivos estratégicos estabelecidos no *Balanced Scorecard* e dos objectivos organizacionais e por projecto estabelecidos no Plano de Actividades. A avaliação da execução é efectuada através da situação de cada projecto nas áreas de negócio da IGF.

#### COORDENAÇÃO DOS CONTROLOS NACIONAIS

A presidência do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI), criado através do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de Junho, é assegurada pela IGF, na medida em que o órgão que visa garantir o seu funcionamento e realizar a sua coordenação, Conselho Coordenador (CC), é presidido pelo Inspector-Geral de Finanças. Compete igualmente à IGF a coordenação com os Controladores Financeiros, uma vez que, nos termos do disposto no art.º 12.º, do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, os Controladores Financeiros também integram o CC e conseqüentemente o SCI.

*Projecto: Coordenação Estratégica Sistema de Controlo Interno*

Este projecto desenvolveu-se conforme o previsto, destacando-se em concreto e para além do funcionamento regular das Secções Especializadas, no âmbito das quais foi dedicada especial atenção ao processo da coordenação estratégica do planeamento, envolvendo o aperfeiçoamento e a completa operacionalização do SIAUDIT:

- A elaboração do Plano de Actividades do SCI para 2007 e do Parecer sobre os Planos Sectoriais de Actividades;
- A elaboração do Relatório das Actividades desenvolvidas pelo SCI em 2006, que resume os principais resultados agregados decorrentes das auditorias realizadas naquele ano;
- A actualização das Linhas Estratégicas de Planeamento para o próximo triénio;
- O processo de coordenação e monitorização da execução do plano de auditorias para 2007;
- A entrada em fase de teste de um sistema de informação de apoio à execução do Plano de Actividades e ao acompanhamento dos resultados das auditorias dos diversos membros do CC (SIAUDIT);

- Foram analisadas criticamente as razões da concentração da despesa no último quadrimestre (DUQ) de cada ano e caracterizar a qualidade da mesma. Os resultados da auditoria mostram que a concentração da despesa no 3º quadrimestre nos anos 2004 e 2005, em especial no mês de Dezembro, está associada:
  - Em 41% da despesa analisada (M€ 5 215) com compromissos do Estado, cuja calendarização coincide com esta altura do ano ou a tomada de decisão é feita no final do ano, quando se dispõe de informação mais completa sobre o andamento da execução orçamental, quer do lado da receita, quer do lado da despesa;
  - Em 44% da despesa analisada (M€ 5 520) com o processo orçamental;
  - Em 9% da despesa analisada (M€ 1 107) com decisões da responsabilidade dos gestores das operações;
  - Em 6% da despesa analisada (M€ 758) com outras situações de cariz variado, não enquadráveis nas anteriores.

Conclui-se, assim, que foram plenamente atingidos os objectivos definidos para este projecto.

## CONTROLOS DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

Nos termos do Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio e da Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, aplicáveis ao QCAIII e do DL n.º 17/2002, de 29 de Janeiro e Portaria n.º 37/2003, de 15 de Janeiro, aplicáveis ao Fundo de Coesão, a IGF, enquanto interlocutor nacional da Comissão Europeia em matéria de controlo financeiro, desenvolveu um conjunto de actividades tendo em vista assegurar o controlo da boa gestão financeira de que se destaca, (dado em 2007 estarmos na fase final do período de encerramento do terceiro quadro comunitário de apoio) a preparação do quadro normativo para o encerramento do QCA III.

Importa salientar também que os novos Regulamentos Comunitários – Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, referente aos Fundos estruturais e ao Fundo de Coesão, bem como o Regulamento (CE) n.º 1198/2006, de 27 de Julho, relativo ao Fundo Europeu das Pescas - estabelecem inúmeras exigências de coordenação e articulação e que neste âmbito, a IGF, enquanto Autoridade de Auditoria do QREN 2007 - 2013 desenvolveu um conjunto de actividades com vista à protecção dos interesses financeiros da Comissão Europeia e da luta anti-fraude.



*Projecto: Coordenação Sistema Nacional Controlo QCA III*

No âmbito deste projecto, as acções foram realizadas de acordo com o planeado, e de forma cíclica e/ou continuada ao longo do ano, salientando-se:

- A elaboração do relatório anual, em conformidade com o art.º 13.º do Reg. (CE) 438/2001 e art.º 12.º do Reg. (CE) 1386/2002;
- O desenvolvimento de metodologias para o encerramento do QCA III;
- A participação em acções de formação promovidas pela Comissão de Gestão do QCA III referentes às regras de encerramento dos Fundos Estruturais, que tiveram como destinatários as estruturas de apoio técnico das Autoridades de Gestão;
- A participação em diversas reuniões das Comissões de Acompanhamento dos Programas;
- O exercício da coordenação do sistema nacional de controlo do QCA III, incluindo a análise jurídica de questões suscitadas no âmbito das auditorias, designadamente, no quadro das regras da contratação pública;
- A comunicação de irregularidades ao OLAF, conforme previsto nos Regs. nºs 1681/94 e 1831/94, tendo sido transmitidos 484 novos casos, dos quais 13 resultaram de controlos da IGF e 440 actualizações de comunicações anteriores;
- A monitorização dos registos sobre a actividade de controlo e auditoria desenvolvida pelos diversos intervenientes do Sistema Nacional de Controlo, dedicando especial atenção aos pontos em aberto que carecem de resolução antes do encerramento do período de programação 2000-2006.

Conclui-se, assim, que foram plenamente atingidos os objectivos definidos para este projecto.

*Projecto: Autoridade de Auditoria QREN 2007 – 2013*

Das acções planeadas para este projecto destacam-se as seguintes:

- Preparação do quadro metodológico que deverá suportar o trabalho da Autoridade de Auditoria, o que se materializou na revisão do Manual de Auditoria, à luz das novas competências cometidas à Autoridade de Auditoria;

- Participação no grupo de trabalho de auditoria e controlo do QREN (2007-2013), tendo em vista a proposta de soluções legislativas compatíveis com o quadro regulamentar;
- Formação aos auditores da IGF sobre questões normativas e metodológicas para a auditoria ao QREN, o que incluiu acções de formação internas, mas também a realização de seminários envolvendo outras entidades, de que se destaca um seminário para troca de experiências e opiniões entre auditores da IGF e da Comissão Europeia;
- Participação em diversas reuniões, designadamente, do Comité Técnico dos Fundos Estruturais, dos novos programas de Cooperação Territorial e com organismos homólogos de outros Estados-Membros.

O atraso registado na aprovação dos programas operacionais do período de programação 2007-2013 (aprovados a partir de Setembro de 2007) e, conseqüentemente, na implementação das respectivas estruturas de gestão e controlo, levou a que a IGF não tivesse podido desenvolver as auditorias que se encontravam planeadas com vista à emissão das declarações de conformidade (compliance assessment).

Nesta conformidade, por razões alheias à IGF, não foi possível atingir todos os objectivos que haviam sido definidos para este projecto.

---

*Projecto: Controlo Financeiro dos Programas Comunitários INTERREG*

As acções realizadas incidiram sobre a coordenação do trabalho de auditoria executado por auditores externos no espaço português e a representação dos organismos de certificação (winding-up) nos Grupos de Controlo Financeiro dos programas de que Portugal é beneficiário.

Esta participação envolve ainda o acompanhamento das missões comunitárias que se realizaram em Portugal, bem como o "follow-up" das respectivas recomendações.

Dando execução ao acordado com os nossos homólogos espanhóis (IGAE), coordenou-se a elaboração do relatório anual (art.º 13.º do Reg. (CE) n.º 438/2001) do programa de cooperação "Madeira - Açores - Canárias", cuja transmissão à Comissão foi efectuada pela IGF.

Excepto quanto à emissão do relatório anual, as restantes actividades assumem um carácter continuado ao longo do período de programação, sendo certo assistimos a um crescimento do volume de trabalho à medida que nos aproximamos da fase de encerramento.

Pelo que antecede, pode concluir-se que foram plenamente atingidos os objectivos definidos para este projecto.

---

*Projecto: Protecção dos Interesses Financeiros Comunitários*

As actividades incluídas neste projecto desenrolaram-se de acordo com o previsto:

- A IGF assegurou o normal funcionamento da CIFG - Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo da Aplicação do Sistema de Financiamento do FEOGA-Secção Garantia, incluindo a comunicação atempada à Comissão Europeia, nos termos das normas comunitárias, dos casos de fraudes e irregularidades, relativos ao 4.º trimestre de 2006 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2007;
- Elaborou o relatório anual de actividades da CIFG;
- Em ordem a acomodar as novas disposições comunitárias relativas aos fundos agrícolas, a IGF preparou e levou à consideração superior uma proposta de alteração à RCM n.º 10/91, de 10 de Abril; esta proposta foi aprovada pelo Governo, tendo sido publicada em 1 de Agosto a RCM n.º 101/2007;
- A IGF continuou a assegurar a representação nacional nas reuniões do COCOLAF (Comité Consultivo da Luta Anti-Fraude), bem como nos seus sub-grupos, um relativo ao art.º 280 de Tratado, outro relativo à análise estatística do conjunto dos casos de fraudes e irregularidades comunicados pelos Estados-Membros. Nesta medida, assegurou a elaboração e transmissão à Comissão Europeia dos contributos das autoridades nacionais para o relatório anual de 2006, da Luta Anti-Fraude do art.º 280.º do Tratado;
- De igual modo, a IGF preparou a resposta das autoridades nacionais ao Relatório Anual de 2006 do Tribunal de Contas Europeu;
- Por fim, assinalamos a transferência para a IGAP - Inspeção-Geral da Agricultura e Pescas, do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, das responsabilidades até este ano atribuídas à IGF no que concerne à matéria do Reg (CEE) n.º 4045/98.

---

*Projecto: Coordenação com Autoridades de Controlo Financeiro (Comissão e EM)*

No âmbito deste projecto merecem destaque as seguintes acções:

- Reuniões anuais de coordenação com a Comissão Europeia, nos termos do art.º 38.º do Reg. (CE) n.º 1260/1999 (Janeiro, relativa ao ano de 2006 e Dezembro, relativa ao ano de 2007, ambas em Bruxelas);

- Reuniões bilaterais entre a IGF e a Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia (Junho em Lisboa e Dezembro em Bruxelas);
- Preparação e acompanhamento de uma auditoria realizada pela Comissão Europeia à IGF, enquanto organismo responsável pela emissão das declarações de encerramento no âmbito do FEDER;
- Acompanhamento de 7 missões comunitárias realizadas em Portugal pela CE, o que envolve, na generalidade dos casos, participação no processo de preparação e o acompanhamento da execução (embora, sempre que tal não é imprescindível, a IGF não acompanhe directamente toda a missão, minimizando assim a ocupação de recursos e os encargos com ajudas de custo e deslocações), bem como o *follow-up* dos resultados;
- Participação em 2 missões do Tribunal de Contas Europeu, sendo que, num dos casos (vertente Fundo Social Europeu do PO Norte) foi necessário a IGF desenvolver posteriormente uma auditoria aos sistemas de informação do IEFP, tendo em vista obter elementos complementares aos que foi possível recolher durante a missão;
- Diversas iniciativas de coordenação com organismos homólogos de outros Estados-Membros, designadamente, a participação em reuniões realizadas em Bruxelas (Março) e em Lisboa (Maio).

No âmbito deste projecto importa destacar os trabalhos que conduziram à assinatura do Contrato de Confiança com a Comissão Europeia, o que reforça a cooperação que já existia entre a IGF e os organismos de auditoria da Comissão, alterando significativamente o modo de intervenção das auditorias comunitárias, as quais passarão a ser em menor número e especialmente vocacionadas para garantir a qualidade do trabalho da IGF.

Conclui-se, assim, que foram plenamente atingidos os objectivos definidos para este projecto.

---

*Projecto: Controlo financeiro dos Fundos Estruturais 2000-2006*

Das acções concluídas destacam-se:

- Conclusão da auditoria anual às Autoridades de pagamento e Coordenadores do controlo de 2º nível – QCA III e Fundo de Coesão II, tendo em vista suportar a opinião de auditoria transmitida no relatório anual acima referido (art.ºs 13.º do Reg. 438/2001 e 12.º do Reg. 1386/2002), reportado à actividade de auditoria desenvolvida em 2006;
- Início da auditoria anual com objectivos semelhantes à anterior, mas para suporte da opinião a transmitir à Comissão em 2008, reportada à actividade de auditoria desenvolvida em 2007;

- Auditoria de *follow-up* e preparação do encerramento do QCA III. Considerando a avaliação do risco resultante das conclusões preliminares, designadamente, porque muitos programas operacionais apresentavam taxas de erro muito acima do limite tolerável, matéria que a não ser desde já objecto de adequadas medidas correctivas terá implicações negativas no processo de encerramento, entendemos oportuno aprofundar a respectiva análise e propor medidas muito concretas às respectivas autoridades de gestão e de pagamento;
- Auditorias específicas de *follow-up* em três programas operacionais (POSC, POCI 2010 e PRIME) cuja avaliação do risco, quer resultante das auditorias das autoridades nacionais, quer das comunitárias, mostrou útil o estabelecimento de Planos de Acção entre as respectivas autoridades de gestão e o IFDR, enquanto autoridade de pagamento. A IGF emitiu opinião sobre o conteúdo e prazos dos Planos, acompanhou a execução e reportou à Comissão os seus pareceres sobre o grau e de evolução e qualidade dos trabalhos executados;
- Acompanhamento do trabalho dos auditores externos relativos a auditorias sobre projectos seleccionados em domínios de maior risco ou onde as amostras auditadas no âmbito das auditorias de sistemas se mostraram insuficientes;
- Certificação da declaração final de despesa do programa regional de acções inovadoras "LISACTION";
- Acompanhamento da evolução das situações relacionadas com o Plano de Acção no domínio da contratação pública, designadamente, controlo de qualidade, e transmissão do correspondente parecer à CE, relativamente a uma auditoria realizada pelo IFDR quanto aos procedimentos de controlo interno da gestão no período posterior a Janeiro de 2005. Note-se que o atraso e as dificuldades registadas no cumprimento deste Plano por parte de diversas autoridades de gestão implicaram que a intervenção da IGF tivesse sido bastante mais profunda do que inicialmente previsto, repartindo-se por diversas fases ao longo do ano.
- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo dos Programas Regionais de Acções Inovadoras (PRAI), excepto quanto à região de Lisboa e Vale do Tejo, cuja acção já foi certificada (LISACTION);
- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu;
- *Follow-up* da auditoria realizada em anos anteriores ao Fundo Europeu para os Refugiados.

Importa ainda salientar, pelo seu carácter inovador, a realização de uma auditoria aos sistemas de gestão e controlo do Programa Operacional da Administração Pública, que, no quadro da cooperação entre a IGF e a Comissão Europeia, foi realizada por uma equipa mista da IGF e da CE. Foi uma oportunidade para troca

de experiências, mas também uma forma de verificação pela Comissão do trabalho desenvolvido pela IGF.

Pelo que antecede pode concluir-se que os objectivos definidos para este projecto não só foram atingidos, como ultrapassados, uma vez que o trabalho desenvolvido com vista à preparação do encerramento do QCA III foi bastante mais aprofundado do que inicialmente previsto. Com efeito, a análise detalhada da taxa de erro e o desenvolvimento de planos de acção nos domínios de maior risco, não só constituem avanços importantes relativamente ao encerramento, como sobretudo permitem que as correcções sejam feitas em tempo oportuno para evitar perdas financeiras líquidas para Portugal.

---

*Projecto: Controlo financeiro do Fundo de Coesão 2000-2006*

Para concretização deste projecto, foram realizadas auditorias e emitidas as consequentes declarações finais de encerramento de 8 projectos do Fundo de Coesão II.

Paralelamente, a IGF tem vindo a ser solicitada para intervenções avulsas, quer para emissão de opinião sobre a evolução de situações que foram objecto de reservas em certificações anteriores, quer no âmbito do Plano de Acção sobre contratação pública, já referido a propósito dos Fundos Estruturais, e que abrangeu igualmente o Fundo de Coesão.

Uma vez que o número de projectos encerrados pelas autoridades de gestão foi inferior ao previsto, a IGF redireccionou a intervenção no sentido de aumentar a utilidade preventiva da sua intervenção.

Assim, desenvolvemos no decurso do segundo semestre auditorias preliminares aos projectos com expectativa de encerramento ao longo do primeiro semestre de 2008, tendo sido transmitidas às respectivas autoridades de gestão e de pagamento as recomendações que se mostraram oportunas, para que possam ser introduzidas as necessárias correcções antes da emissão das declarações finais de despesa.

Com esta estratégia espera-se também reduzir o volume de trabalho necessário aquando da apresentação das declarações finais, o que será particularmente importante na gestão dos recursos, dado que o arrastamento por parte das autoridades de gestão no encerramento dos projectos levará a uma sobreposição deste exercício com o desenvolvimento do novo período de programação.

Nestes termos, pode concluir-se que foram atingidos os objectivos definidos para este projecto, já que o menor número de projectos certificados pela IGF foi compensado com trabalho preliminar relativamente aos projectos que encerram em 2008.

---

*Projecto: Controlo Financeiro do FEAGA e FEADER 2007*

A execução deste projecto ficou pelas seguintes acções:

- Participação da IGF nas reuniões comunitárias em que se analisaram as novas orientações para o exercício de certificação anual das contas dos novos fundos agrícolas, o FEAGA e o FEADER;
- Análise da aplicação destas novas orientações à realidade portuguesa, designadamente em termos da preparação dos respectivos instrumentos de trabalho;
- Preparação da alteração do DL n.º 331-A/95, de 22 de Dezembro, a qual veio a ser aprovada pelo Governo, e consubstanciada no DL n.º 323/2007, de 28 de Setembro, para assegurar a conformidade das normas nacionais à nova regulamentação comunitária relativa aos fundos agrícolas;
- No quadro de um trabalho comunitário, estimativa dos custos da certificação anual em Portugal das contas comunitárias agrícolas;
- Planeamento e execução da certificação das despesas do FEAGA 2007, a concluir em Janeiro de 2008, relativa às 3 declarações de despesa a apresentar por Portugal (INGA, IFADAP e IFAP);
- Trabalhos para a acreditação do IFAP (o novo organismo pagador, que sucede aos antigos INGA e IFADAP), no quadro das novas regras comunitárias, traduzidos nos despachos de 7 de Novembro do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (FEAGA), e de 12 de Dezembro do Ministro de Estado e das Finanças (FEADER, antigas medidas de desenvolvimento rural).

---

*Projecto: Controlo Financeiro do FEOGA GARANTIA 2006*

Como habitualmente, a IGF concluiu no prazo regulamentar a certificação anual das contas do INGA e do IFADAP relativas a 2006.

Merece também menção, pelo impacto financeiro do dossier, a colaboração da IGF no processo de apuramento das contas do IFADAP de 2001 a 2005, processo que corre os seus termos junto da Comissão Europeia.

A IGF assegurou igualmente este semestre a transferência para a IGAP – Inspeção-Geral da Agricultura e Pescas dos documentos, registos e informações relativos ao desempenho do papel de serviço específico do Reg. (CE) n.º 4045/89, a seu cargo até Dezembro de 2006.

## AUDITORIA ORÇAMENTAL

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro - estabelece que a IGF se assume como um serviço de controlo financeiro estratégico e de auditoria (incluindo a de cariz orçamental), atribuições estas que se encontram igualmente concretizadas na Lei Orgânica da IGF- Decreto-Lei n.º 79/2006, de 29 de Março -. Ao longo do ano foram realizadas acções com vista a assegurar o exercício destas funções, salientando-se a elaboração de metodologias e guiões de trabalho para operacionalização das auditorias ao sistema e procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento, conforme determinado no art.º 62.º, n.º 2, da Lei de Enquadramento Orçamental.

*Projecto: Auditorias em execução do artigo 62.º da LEO*

Foram realizadas duas auditorias aos sistemas e aos procedimentos de controlo interno dos Serviços e Instituições responsáveis pela execução do Orçamento de Estado, conforme estabelece o art.º 62.º n.º 2 da Lei do Enquadramento Orçamental, tendo-se concluído uma auditoria ao controlo interno de uma Universidade e de um instituto público.

*Projecto: Controlo das receitas próprias na Administração Pública*

Encontra-se em fase de contraditório a auditoria visando o controlo das receitas próprias em Serviços e Fundos Autónomos, na perspectiva da qualidade dos sistemas de informação e controlo interno subjacentes, do conhecimento da base de incidência da receita e da eficiência da respectiva cobrança, envolvendo em especial as taxas de registo predial e do notariado e as multas e coimas por infracção ao Código da Estrada.

*Projecto: Controlo dos saldos financeiros das universidades e politécnicos*

No quadro da unidade de tesouraria do Estado assume especial relevância a análise dos excedentes financeiros, na perspectiva da legalidade, da regularidade e da boa gestão dos dinheiros públicos, em Universidades e Institutos Politécnicos, cujos produtos de auditoria (no total de 12), tendo-se apurado, no conjunto das instituições do ensino superior público, saldos financeiros acumulados no montante de M€357, maioritariamente depositados em contas bancárias fora do Tesouro, traduzindo uma fraca adesão ao princípio da unidade de tesouraria, em especial nas Universidades.



## CONTROLO DE PROGRAMAS ORÇAMENTAIS

Neste domínio incluem-se as actividades operacionais relacionadas com controlo de diversos programas orçamentais, designadamente da Justiça e do Ensino Superior.

*Projecto: Controlo dos programas orçamentais da Justiça e do Ensino Superior*

A auditoria aos programas orçamentais do ensino superior permitiu constatar:

- O processo de preparação, programação e orçamentação do PIDDAC do Ensino Superior apresentava reduzida objectividade e credibilidade, não tendo subjacente uma avaliação das reais necessidades e prioridades dos investimentos, para além dos mecanismos de acompanhamento e controlo físico e financeiro se revelarem manifestamente insuficientes, caracterizados pela ausência de indicadores de realização que permitam aferir o grau de desenvolvimento dos projectos e o cumprimento dos objectivos.
- O cumprimento da regra do equilíbrio, previsto na Lei de Enquadramento Orçamental, associado a uma menor capacidade efectiva dos organismos de gestão na execução dos investimentos, tem conduzido à formação de elevados saldos de gerência, constituindo uma prática lesiva da unidade de tesouraria, na componente originária do OE;
- Insuficiências ao nível da organização administrativa e sistemas de informação, em especial na área financeira e debilidade acentuada dos sistemas de controlo interno, tendo-se verificado anomalias em matéria remuneratória;

*Projecto: Controlo dos programas orçamentais da Justiça*

Esta auditoria ao programa orçamental da Justiça, que visa o controlo dos procedimentos de gestão, acompanhamento e controlo da execução dos projectos incluídos no programa, nas componentes física e financeira, na perspectiva da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira, teve início no segundo semestre de 2007 e envolveu 3 entidades. Prevê-se a sua conclusão nos primeiros meses de 2008.

## CONTROLO FINANCEIRO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Nesta área, realizaram-se em 2007 diversas acções de controlo financeiro de sectores e/ou entidades públicas com enfoque em áreas críticas da administração financeira do estado de que se destacam, os ramos das FA, os serviços externos do MNE, os subsistemas de saúde e o *outsourcing* na Administração Pública.

*Projecto: Controlo das relações financeiras inter-organismos dos ramos das Forças Armadas*

A auditoria aos Estabelecimentos Fabris Militares e às suas relações financeiras com os ramos das Forças Armadas, visa auditar a qualidade da despesa pública realizada por 5 SFA no quadro institucional envolvente. Teve início no segundo semestre de 2007 e deverá estar concluída no ano de 2008.

*Projecto: Controlo dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros*

A auditoria aos serviços consulares e embaixadas foi realizada, com o objectivo de apreciar a qualidade da despesa pública e, bem assim, dos sistemas de informação contabilístico e de gestão e de prestação de contas, no conjunto daqueles serviços, tendo sido objecto de despacho interno no início de 2008.

*Projecto: Controlo dos subsistemas de saúde*

Foi concluída a auditoria ao processo de convergência dos subsistemas de saúde na ADSE tendo sido efectuado o ponto de situação da aplicação dos diplomas legais que procederam à reestruturação dos subsistemas de saúde das Forças Armadas, da GNR, da PSP e dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça.

*Projecto: Controlo das aquisições de bens e serviços nos ramos das Forças Armadas e nas Forças de Segurança*

A auditoria às aquisições de bens e serviços no Exército transitou para o próximo ano, uma vez que não foi possível iniciá-la dada a redução de recursos inspectivos.

*Projecto: Controlo do outsourcing na Administração Pública*

A auditoria ao Outsourcing/Aquisições de Serviços em SFA, procura avaliar as políticas de contratação ao exterior, numa óptica de qualidade da despesa pública, teve início em 2007 junto de 5 SFA e deverá estar finalizada nos primeiros meses de 2008.

*Projecto: Controlo dos subsídios e outros apoios do Estado*

A auditoria aos apoios do Estado na área da Cultura, que visa assegurar o controlo do sistema de gestão de subsídios e outros apoios públicos, assim como os critérios subjacentes à sua atribuição e respectiva estrutura de acompanhamento, teve início no segundo semestre de 2007 e envolveu 3 entidades. Prevê-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2008.

*Projecto: Sistema Remuneratório em SFA/IP com contrato individual de trabalho*

A auditoria ao sistema remuneratório em SFA/IP com contratos individuais de trabalho iniciou-se no decurso de 2007. Esta acção visou o controlo do cumprimento de medidas de contenção da despesa pública previstas em diplomas legais em vigor sobre a matéria, designadamente no que respeita a suplementos e outras remunerações e benefícios atribuídos ao pessoal dos institutos públicos. A auditoria envolveu 6 entidades e prevê-se que a sua conclusão ocorra no primeiro semestre de 2008.

*Projecto: Controlo financeiro em áreas de risco em SFA*

A IGF desenvolveu um conjunto de acções em áreas de risco nas seguintes áreas:

- 7 auditorias relativas ao cumprimento das medidas legais e de contenção da despesa pública – pessoal e aquisições de serviços;

- 4 auditorias financeiras e bem assim o acompanhamento de recomendações numa Universidade;
- 3 auditorias a institutos públicos/serviços e fundos autónomos com participações financeiras em entidades privadas;
- Auditoria ao sistema de funcionamento das juntas médicas.

Em relação à Auditoria temática ao cumprimento das medidas legais e de contenção da despesa pública – Pessoal e Aquisições de Serviços (3ª FASE), as 7 intervenções realizadas permitiram destacar diversos aspectos designadamente, a atribuição de suplementos remuneratórios e outros abonos sem fundamento legal/regulamentar, a atribuição de horas extraordinárias e a assunção de despesas sem a obtenção de cabimento prévio.

A Auditoria temática a institutos públicos/serviços e fundos autónomos com participações financeiras em entidades privadas permitiu identificar diversas irregularidades, destacando-se:

- Inexistência de fundamento legal para a detenção de participações por parte de 8 entidades e falta de ligação entre as atribuições e o objecto social de 25 participadas;
- Detecção de 4 participadas em situação de falência técnica, uma em processo de falência judicial e outra sem informação financeira (3 institutos).

Do conjunto de auditorias a institutos públicos/serviços e fundos autónomos salientam-se os seguintes aspectos comuns:

- Insuficiências nos sistemas de informação contabilística e de gestão e dos mecanismos de prestação de contas, traduzidas na ausência de indicadores que permitam aferir o grau de desenvolvimento das actividades e o cumprimento dos objectivos;
- Anomalias nos sistemas de controlo interno a par da ausência ou insuficiência do controlo operacional;
- Existência de problemas de tesouraria, défices de exploração e dívidas acumuladas relacionados com um crescimento assinalável da despesa corrente e com uma insuficiência de receitas próprias;
- Cumprimento deficiente das regras de Administração Financeira do Estado e dos mercados públicos;

- Existência para estes organismos de regimes remuneratórios muito diferenciados com persistência de regalias suplementares sem suporte legal claro em muitos casos.

Da **auditoria ao funcionamento das juntas médicas apuraram-se** diversas debilidades relacionadas com:

- O prazo médio que decorre entre a recepção dos requerimentos até à realização das juntas médicas;
- Fundamentação dos pareceres emitidos;
- Não observância do procedimento de audiência prévia em casos de decisão desfavorável aos subscritores.

---

*Projecto: Controlo da gestão do património imobiliário em SFA*

Tendo em vista o controlo da conformidade legal da realização de operações sobre imóveis e o diagnóstico de situações de ineficiência na gestão do património imobiliário em Serviços e Fundos Autónomos, encontra-se em fase de contraditório uma auditoria envolvendo 6 organismos, cuja conclusão transitou para 2008 em virtude da saída de parte da respectiva equipa, salientando-se desta intervenção, na maioria dos organismos auditados, para além da debilidade do sistema de informação e controlo interno específicos, o não recenseamento da totalidade do património imobiliário no âmbito do RIAP; a inexistência de inventário e cadastro actualizados; a subavaliação do património imobiliário e a sua omissão na matriz e no registo predial.

---

*Projecto: Prestação de contas e controlo operacional em SFA*

Foi iniciada no final do ano a auditoria ao sistema de prestação de contas e controlo operacional em Serviços e Fundos Autónomos, visando apreciar o sistema de informação contabilística e de gestão e a qualidade do controlo operacional instituído em Serviços e Fundos autónomos.

*Projecto: Controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão – Saúde*

No quadro das competências da IGF em matéria de fiscalização das parcerias público-privadas foi concluída a acção de acompanhamento do contrato de gestão de uma entidade hospitalar.

## CONTROLO FINANCEIRO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

As auditorias desenvolvidas nesta área pretenderam ir ao encontro das preocupações do governo em matéria de controlo e acompanhamento da qualidade da despesa municipal, visando apreciar a racionalidade económica, analisar a despesa dos maiores agregados orçamentais e verificar o cumprimento dos limites legais de endividamento previstos na Lei das Finanças Locais e no Orçamento do Estado (OE).

*Projecto: Controlo do endividamento municipal*

Foram auditados diversos Municípios, de cujos principais resultados destacamos a avaliação da situação financeira, o elevado montante de dívidas cuja existência não foi esclarecida.

Foi realizada uma intervenção numa empresa municipal, no âmbito dos concursos e pagamento de comissões pela actividade de intermediação imobiliária, verificando-se levados riscos do lado dos entes públicos, no âmbito de contratos-programa celebrados com privados.

*Projecto: Controlo das despesas com pessoal das Autarquias Locais*

Este projecto foi iniciado com a concepção de um Guião Metodológico que suporta um conjunto de intervenções previstas no âmbito deste Projecto.

Os objectivos incidem sobre o controlo das remunerações e outros abonos dos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal em regime de tarefa ou avença e a regularidade das contribuições para o OE. Abrangem, ainda, o controlo do abono de remunerações variáveis ou eventuais, bem como as despesas correntes com aquisição de serviços a pessoas singulares e a verificação do cumprimento do limite imposto pelo OE sobre as despesas com pessoal das Autarquias Locais.

*Projecto: Controlo das autarquias locais numa lógica de grupo*

No âmbito deste projecto, que incide sobre a apreciação financeira do município na sua dimensão individual e em conjunto com as entidades empresariais integradas no respectivo perímetro financeiro, foram concluídas auditorias em 4 municípios.

*Projecto: Controlo do financiamento municipal no âmbito da urbanização e da edificação*

No que se refere a este projecto, foram concluídas 2 auditorias em Municípios. Este projecto tem revelado, genericamente, uma má gestão urbanística da responsabilidade dos municípios envolvidos e várias insuficiências ao nível do financiamento da urbanização e da edificação.

Foi elaborada uma participação ao Tribunal Administrativo e Fiscal, no âmbito de uma auditoria tendo em vista a eventual declaração de nulidade das licenças e de autorização de operações urbanísticas, com fundamento na violação de planos urbanísticos municipais.

Constatou-se a insuficiência das receitas da TMU como fonte de financiamento do investimento em infra-estruturas urbanísticas, diversas fragilidades dos regulamentos municipais, a ausência de contabilização e inventariação das cedências de bens para o domínio público municipal e, genericamente, o incumprimento de obrigações legais de veiculação de informação a outras entidades.

*Projecto: Controlo dos subsídios e outros apoios do Estado – Municípios*

Foram concluídas auditorias à concessão de subsídios e outros apoios em 4 Municípios. Destaca-se que quase todos os municípios auditados revelam a ausência de uma política de atribuição de subsídios e apoios transparente, coerente e devidamente explicitada. A análise desta matéria revelou igualmente uma elevada dependência em relação às transferências com origem no OE, que atingiu cerca de 70% num dos municípios auditados.

Foram frequentes situações de transferências para Juntas de Freguesia, de avultados montantes sem fundamentação adequada.

*Projectos: Controlo no âmbito da requalificação e reabilitação urbana e Controlo financeiro do associativismo municipal*

Dada a afectação de recursos a outros projectos, não foi possível dar execução, às auditorias previstas no âmbito do controlo financeiro do associativismo municipal e da requalificação e reabilitação urbana.

### **CONTROLO FINANCEIRO NO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)**

Trata-se de um área de negócio na qual se enquadram os projectos relativos ao acompanhamento e controlo financeiro e da gestão das empresas públicas, que, por determinação legal – Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro -, devem submeter as suas contas a aprovação das tutelas, acompanhadas de parecer sobre as mesmas efectuadas pela IGF. Para além do controlo do cumprimento das obrigações legais aplicáveis a este sector, a IGF seleccionou como temas essenciais, a gestão previsional das empresas, a evolução da situação económica e financeira, e a evolução do esforço financeiro público.

*Projecto: Controlo dos subsídios e outros apoios do Estado – Crédito Bonificado*

Quanto ao controlo do crédito bonificado foram concluídos 4 relatórios relativos a auditorias executadas junto de instituições de crédito cujos resultados apontam para a existência de bonificações com deficiências que podem atingir o montante máximo de m€ 48 982 caso aquelas não promovam a correcção das anomalias, ou estas se confirmem como recebimentos indevidos.

No âmbito deste controlo foi ainda prosseguido o trabalho de acompanhamento de duas auditorias que uma empresa está a desenvolver em instituições de crédito tendo a IGF emitido 2 pareceres em relação a relatórios apresentados por aquela empresa.

*Projecto: Controlo da Situação Económico-Financeira de EP*

A IGF apresentou superiormente um “Contributo para a operacionalização do novo quadro legal do sector empresarial do Estado (SEE)”, no qual se concluiu que a passagem do modelo de gestão maioritário no início de 2007 para um novo paradigma de gestão estratégica, compatível com as exigências daquele novo quadro legal aplicável às empresas e aos seus gestores.



No que respeita ao **acompanhamento e controlo financeiro e da gestão das empresas públicas**, em cumprimento do disposto pelos artigos 12.º e 32.º do DL n.º 558/99, de 17/DEZ, procedeu-se ao acompanhamento financeiro e da gestão de 46 empresas públicas, cujo ciclo relativamente ao exercício de 2006 terminou com a elaboração de um relatório global sobre a performance destas empresas.

No relatório anual a IGF seleccionou como temas essenciais, a gestão previsional das empresas, a evolução da situação económica e financeira, e a evolução do esforço financeiro público, indicando-se seguidamente em relação a cada um deles as conclusões essenciais.

### Gestão previsional

A perspectiva sistémica da gestão das empresas do SEE, onde a tomada de decisões se encontre enquadrada numa estratégia, traduzida em objectivos quantificados, em planos e orçamentos de Médio/Longo Prazo, onde se inserem os instrumentos previsionais de curto prazo, em cuja análise crítica da sua execução se baseiam as eventuais tomadas de decisões de alteração do quotidiano, se já era um imperativo legal previsto no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, veio a ser reforçada recentemente pelos Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março (estatuto do gestor público) e RCM nº 49/2007, de 27 de Março (princípios de bom governo das empresas do SEE), o que coloca novas exigências aos gestores públicos.

A experiência mostra que a realidade ainda se afasta, em muitos casos, do quadro legal supra enunciado: (i) porque o accionista, frequentemente, não aprovou os instrumentos previsionais de gestão elaborados pelas empresas – aprovação tutelar explicitamente prevista para as EPE no artº 29º do DL nº 558/99; (ii) porque as empresas não têm dado a devida importância à análise da execução orçamental, traduzida em relatórios parcos em explicações para os desvios verificados e informação dos mecanismos correctores; (iii) porque, em matéria de publicitação de elementos nos relatórios de gestão, o incumprimento também é maioritário.

### Evolução da situação económica e financeira

De um ponto de vista geral (sem considerar SGPS), de 2005 para 2006 registou-se uma evolução favorável da situação económica, quando aferida pela variação dos indicadores seguintes:

Resultado operacional	Resultado Líquido	EBITDA
5,4%	77,6%	7,6%

Refira-se, no entanto, que o aumento muito pronunciado do resultado líquido encontra a principal justificação em resultados extraordinários obtidos com a alienação de participações.

Na melhoria do resultado operacional registou-se uma preocupação com a contenção dos custos numa parte significativa das empresas do universo considerado, onde se incluem os custos com o pessoal.

Já no mesmo período e para o mesmo conjunto de empresas se degradou a situação financeira, como segue:

Capitais próprios	Passivo remunerado	Activo líquido
-9,4%	10,2%	6,4%

O financiamento público do investimento atingiu cerca de 20% em 2006. Atendendo a que o auto-financiamento assume uma percentagem que, embora não determinada, se assume como pouco significativa no conjunto das empresas consideradas, pode concluir-se que a maior parte do investimento foi financiada por capitais alheios. Se a este facto juntarmos uma situação de EBITDA negativo em 16 empresas, onde avultam todas as grandes empresas de transportes, o que implica, como regra, também a necessidade de financiar os défices de exploração, o aumento do passivo remunerado, enquanto permanecerem estas situações, é inevitável.

### **Evolução do esforço financeiro público**

De 2005 para 2006, o apoio financeiro público diminuiu 16,1% em relação a 2005, de m€ 878 801,00 para m€ 737 232,00. Com excepção do pequeno montante destinado a dotações para capital, a descida é comum tanto para indemnizações compensatórias como para subsídios ao investimento, mas de forma desigual, respectivamente 16,1% e 22,1%, constituindo a última percentagem um montante superior à queda do investimento no mesmo período, 3,8%.

Acresce que no tocante aos subsídios ao investimento, a sua maioria repousou no financiamento comunitário, como se conclui da análise às 12 empresas com os maiores investimentos em 2006, representando 87,6% do total do investimento, em que o financiamento directo do Estado (quase exclusivamente PIDDAC) apenas representou 2,35% do investimento (12,5% do total dos fundos públicos).

Ainda neste âmbito a IGF apresentou superiormente um contributo para a operacionalização do novo quadro legal do sector empresarial do Estado (SEE), designadamente sobre o papel da gestão previsional no âmbito do sistema de gestão estratégica.

Foram também concluídas 3 auditorias a entidades públicas empresariais do sector da saúde.

*Projecto: Controlo do endividamento de EP*

Encontra-se em curso o controlo inserido neste projecto, estando a decorrer até ao início de Abril p.f. o prazo para 37 empresas enviarem à IGF um conjunto de informação necessário à conclusão da 1ª fase do trabalho e ao planeamento da 2ª fase.

*Projecto: Controlo de Grupos Empresariais Públicos*

No final de 2007 estavam em fase de conclusão os projectos de relatório para contraditório, referentes a 2 grupos.

*Projecto: Controlo de contratos de empreitadas das EP*

Tal como o previsto no relatório de 1º semestre de 2007, está em curso a realização da 2ª fase deste projecto junto de 5 empresas seleccionadas, tendo em vista verificar os procedimentos de contratação adoptados, mediante a análise da documentação referente ao caderno de encargos, concurso, escolha e selecção do empreiteiro, bem como adjudicação das empreitadas. Por outro lado, efectuar-se-á a análise dos procedimentos referentes à validação dos autos de medição, facturação, revisão de preços, controlo das garantias, eventuais adiantamentos, trabalhos a mais (sua justificação/fundamentação/aprovação).

*Projecto: Controlo em áreas de risco específicas em EP*

Foi realizada uma auditoria financeira limitada aos aumentos do capital social de uma empresa pública tendo-se apurado que, através de sucessivos aumentos de capital que enfermaram de diversas ilegalidades, se visou transformar a participação do Estado de 100% em participações cada vez menos relevantes.

Neste projecto destaca-se ainda a **auditoria aos contratos de serviços celebrados por empresas públicas**. As conclusões extraídas foram deveras preocupantes em relação a todos estes critérios de avaliação. Destacamos os cerca de metade dos contratos auditados que não observaram os requisitos que consideramos adequados à prossecução de objectivos de boa gestão, os incumprimentos dos regimes de contratação pública, a não partilha dos riscos, e os

desvios financeiros, sejam eles resultantes da execução, ou de sucessivas prorrogações.

Assim, as recomendações formuladas visaram contribuir para a boa aplicação, designadamente do preceituado no n.º 13 dos princípios de bom governo das empresas do SEE, aprovados pela RCM n.º 49/2007, 28/Mar, quanto à divulgação dos procedimentos adoptados em matéria de aquisições de bens e serviços, e à eficiência das transacções realizadas.

*Projecto: Parecer às contas das EPE e outras entidades de natureza empresarial*

Foram concluídos os pareceres relativos às contas do Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos e do Fundo de Sindicação de Capital de Risco.

Em relação a 6 das 7 EPE, foram elaborados os relatórios que consubstanciaram os resultados do controlo e acompanhamento realizados nos termos do art.º 12º do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e da análise dos documentos de prestação de contas do exercício de 2006, servindo de suporte à emissão do parecer a que se referia o art.º 32º do antedito diploma.

*Projecto: Parecer às contas das EPE e outras entidades de natureza empresarial-SAÚDE*

Foram emitidos 35 pareceres sobre as contas dos hospitais EPE, 31 dos quais relativos ao exercício de 2006, tendo sido elaborado um relatório global que apresenta uma visão integrada da situação económico-financeira do conjunto dos EPE da Saúde.

**Quanto à sustentabilidade económico-financeira**

Na maioria dos hospitais EPE verificou-se uma manifesta deterioração da situação económica no período 2005/2006, conforme expressam os seguintes indicadores de desempenho:

Resultados operacionais (M€)

2005	2006	Var 06/05	%
-171	-214	-43	-25%

Resultados líquidos (M€)

2005	2006	Var 06/05	%
-91	-188	-97	-106%

### **Quanto ao impacto dos défices do universo dos hospitais EPE nas contas nacionais**

A persistência de défices no universo dos hospitais EPE, traduzida em resultados operacionais e líquidos crescentemente negativos e na erosão preocupante dos fundos próprios, caso não seja ultrapassada por ganhos de eficiência e qualidade decorrentes da respectiva actividade, é susceptível de conduzir à necessidade de novos reforços de capital por parte do Estado, que a serem qualificados como entradas de capital de carácter não financeiro, poderão contribuir para o agravamento do défice das Administrações Públicas na perspectiva das contas nacionais.

### **Quanto aos deveres especiais de informação**

Apesar de algumas melhorias, continuou a verificar-se, no exercício de 2006, um incumprimento significativo dos deveres especiais de informação por parte dos órgãos de gestão e dos órgãos de fiscalização, o que dificulta o exercício do controlo financeiro.

### **Situações não reflectidas nas contas**

Verifica-se a existência de realidades não reflectidas na contabilidade da quase totalidade dos Hospitais, cujos efeitos, positivos e negativos, poderão alterar significativamente a estrutura económica e financeira deste universo de empresas.

**Foram também concluídas 3 auditorias a entidades públicas empresariais do sector da saúde** tendo-se constatado uma debilidade dos mecanismos de controlo interno nos hospitais EPE a par duma cultura de gestão ainda insuficientemente orientada para resultados, propiciando um processo de acompanhamento e controlo de natureza essencialmente formal, sem efectiva preocupação de análise e explicação dos desvios face às metas estabelecidas.

*Projecto: Controlo da contratualização das EPE na Saúde*

Foi iniciada uma acção visando apreciar o controlo da actividade financeira, Saúde orçamental e patrimonial e dos sistemas de informação contabilístico e de gestão, no quadro das relações financeiras e contratuais entre as EPE da e o Estado.

*Projecto: Controlo das ajudas de Estado*

No final de 2007 estava em curso a acção relativa à verificação da transparência das relações financeiras entre o Estado e as empresas públicas, devendo a conclusão ocorrer durante o 1º trimestre do ano em curso.

*Projecto: Controlo financeiro de grandes projectos públicos*

As auditorias incluem o controlo das empreitadas referentes a projectos tendo-se constatado graves deficiências a este nível.

*Projecto: Controlo Financeiro de Associações de EP's com privados*

Após um período de interrupção, o trabalho foi retomado durante o 3º trimestre de 2007, prevendo-se a conclusão durante o 1º quadrimestre do ano em curso.

## **CONTROLO FINANCEIRO NO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL (SEL)**

Os trabalhos realizados visaram o controlo estratégico das participações da Administração Local (SPA e SEL) em entes societários e não societários e os correspondentes reflexos na sustentabilidade das finanças públicas.

*Projecto: Controlo do processo de criação e sustentabilidade do sector empresarial local*

Foi concluída uma acção (*follow-up*) relativa a uma empresa municipal e a um município.

Encontra-se em fase final de conclusão o processo de operacionalização do controlo a exercer pela IGF junto das entidades do SEL e dos gestores públicos locais.

Encontram-se em fase de análise as 29 comunicações de participações de interesses patrimoniais e de participações detidas (directa ou indirectamente) por gestores públicos.

Encontram-se igualmente em fase de análise os 8 processos de comunicação de criação de empresas municipais e de entidades empresariais locais.

### CONTROLO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

As intervenções neste domínio integram acções que visam dar cumprimento à competência genérica da IGF relativa à fiscalização das parcerias público-privadas e outros contratos de concessão. Importa referir que muitos desses contratos cometem à IGF responsabilidades específicas de controlo e certificação.

*Projecto: Controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão*

Foi suspensa a execução, por reafecção dos recursos humanos a outras tarefas prioritárias, do Estudo Prévio sobre o controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão, direccionado para a identificação dos pontos críticos a ter em consideração nas acções de controlo financeiro estratégico às PPP de iniciativa local, tendo em vista a posterior construção de um guião de trabalho que confira maior eficácia e eficiência das intervenções da IGF neste domínio.

Auditoria ao sistema de gestão e controlo dos contratos de concessão rodoviários com os seguintes objectivos:

- Apreciar as condições de gestão destas concessões;
- Efectuar um ponto de situação sobre as diversas concessões e identificar eventuais riscos e constrangimentos;
- Verificação do cumprimento dos aspectos financeiros relativos à concessão, com destaque para a determinação das comparticipações financeiras devidas pelo investimento realizado em 2006 e, conseqüentemente, a análise e validação dos movimentos efectuados na conta corrente mantida com o Estado, afecta ao registo dessas comparticipações;
- Fiscalização financeira das obrigações de serviço público regular nas ligações entre o Continente e as Regiões Autónomas e entre estas, bem como no interior do Continente.

*Projecto: Controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão-SAÚDE*

**Acompanhamento de contratos de gestão hospitalar** tendo-se constatado:

- a) Continuam por encerrar as contas relativas a anos anteriores;
- b) O acompanhamento do contrato de gestão de uma entidade hospitalar encontra-se desajustado em função das exigências de controlo, em especial na vertente clínica;
- c) Não procederam à inventariação dos bens afectos a uma entidade hospitalar;
- d) Não foi instituído um sistema que permita monitorizar e avaliar os diversos indicadores de qualidade;

## CONTROLO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

O controlo da administração das receitas tributárias foi desenvolvido, em 2007, no âmbito de 5 projectos especificamente orientados para esta área de intervenção, através de acções de controlo, especialmente dirigidas ao controlo e avaliação do desempenho dos serviços da administração tributária em áreas e sistemas sensíveis, designadamente no combate à fraude e evasão tributárias em sectores de actividade e operações de risco e na monitorização dos principais sistemas tributários de liquidação e de controlo de gestão, tendo sido concluídas 30 acções de controlo (20 auditorias, 4 avaliações, 5 monitorizações e 1 acompanhamento de missão comunitária de controlo aos recursos próprios comunitários), cujos resultados, por projecto, foram em síntese os seguintes:

*Projecto: Controlo e avaliação da competitividade e da justiça do sistema tributário*

A IGF previu no âmbito deste Projecto a realização de 3 acções, das quais 2 foram já concluídas e 1 está em fase de elaboração do relatório final após contraditório já efectuado (Auditoria ao regime do IVA no sector financeiro).

Em síntese, os principais resultados das 2 acções já concluídas foram os seguintes:

- Avaliação do sistema de controlo do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos - foram evidenciadas diversas insuficiências nos sistemas de informação do imposto, quer pela falta de fiabilidade, em especial da informação sobre os Documentos Administrativos de Acompanhamento e as Declarações de Introdução em Consumo de produtos isentos, quer pela



insuficiência da informação, com especial incidência na vertente do controlo dos fornecimentos de gasóleo colorido e marcado, tendo também constatado que o sistema legal de reconhecimento do direito aos benefícios fiscais constitui um importante aspecto crítico do controlo, tendo em conta as insuficiências detectadas. Neste contexto, foram efectuadas 16 recomendações de aperfeiçoamento do sistema de controlo e do regime legal, tendo já sido introduzidas alterações ao regime de regulamentação de concessão e controlo das isenções e da comercialização do gasóleo colorido e marcado.

- Estudo e Avaliação do Sistema de Controlo do Comércio Electrónico - foram identificadas as principais "ameaças" ao controlo tributário colocadas pelo comércio electrónico, principalmente, as dificuldades em localizar, caracterizar e identificar as transacções e os seus intervenientes, resultantes da interacção entre a grande fluidez e inovação dos processos negociais electrónicos e a relativa estabilidade dos processos e capacidade operacional do controlo fiscal. Foram efectuadas recomendações para o aperfeiçoamento do sistema de controlo tendo em conta os principais pontos fracos observados e que resultam, essencialmente, da falta de domínio da informação do "negócio electrónico", da inexistência de equipas operacionais de auditoria informática, dos níveis ainda muito insuficientes de cooperação inter-administrativa e com outros organismos de controlo e, ainda, da necessidade de preparar os recursos humanos para executarem auditorias em ambiente PED.

---

*Projecto: Controlo do regime das SGPS e SGII*

No âmbito deste projecto dirigido ao controlo tributário dos grupos económicos, e à supervisão do regime das SGPS e SGII, a IGF desenvolveu, em 2007, uma nova base de dados para a supervisão destas entidades, através do tratamento de dados constantes do Cadastro de Contribuintes, criando um novo sistema de informação mais fiável e mais rico, de modo a sustentar um novo modelo mais eficaz e eficiente de controlo das SGPS e dos grupos económicos, a aplicar já em 2008, em que a vertente do planeamento fiscal agressivo seja o principal alvo da intervenção neste sector.

Assim, já em 2007, foram realizadas 3 auditorias ao planeamento fiscal agressivo de 2 grupos económicos e de uma grande empresa, tendo sido concluída 1 e estando 2 em fase de decisão, cujos resultados se apresentam a propósito da "auditoria ao sistema de controlo da transmissibilidade de prejuízos fiscais e do planeamento fiscal agressivo" realizada no âmbito do Projecto 54.

Relativamente à supervisão das SGPS, para além das acções de controlo interno acima referidas, foram ainda concluídas 5 auditorias, cujos resultados permitiram

identificar algumas situações de risco de incumprimento do regime e de irregularidades fiscais, designadamente, falta de apresentação de documentação, omissão de informação na Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal, desvio de actividades e/ou custos com o objectivo de aproveitar o reporte de prejuízos, emissão de factura sem liquidação de IVA e derrogação do princípio da especialização de exercícios.

---

*Projecto: Controlo das obrigações tributárias das entidades públicas*

No âmbito deste projecto de controlo integrado do cumprimento das obrigações tributárias das entidades públicas e dos sujeitos passivos fornecedores de bens e serviços, foram previstas três auditorias, das quais duas foram concluídas e uma (auditoria à tributação das empresas fornecedores de bens e serviços a hospitais) está em fase de elaboração do relatório final após procedimento de contraditório já efectuado.

Os principais resultados das 2 acções concluídas foram, em síntese, os seguintes:

- Auditoria às Retenções na Fonte das Entidades Públicas: foram evidenciados constrangimentos relevantes, nomeadamente, no domínio da fiabilidade da informação ao nível dos organismos que não utilizam o sistema SRH, no incumprimento na entrega da modelo 10 por parte de algumas entidades e da informação sobre as retenções na fonte em 2005 e 2006;
- Auditoria ao Cumprimento das Obrigações Tributárias dos Municípios – foram identificadas diversas fragilidades no controlo tributário dos municípios, de que se destacam, pela gravidade e frequência das situações, irregularidades nos dados cadastrais, atrasos na entrega do imposto retido na fonte, discrepâncias entre os valores declarados e os montantes de imposto efectivamente entregues, incumprimento da obrigação de apresentação da declaração anual do Imposto do Selo e das obrigações declarativas em sede do IVA, disparidades, entre os dados declarados pelos municípios e os respectivos sujeitos passivos.

---

*Projecto: Controlo e avaliação da intervenção e do desempenho da administração tributária*

Os principais objectivos deste projecto centraram-se na avaliação do desempenho e da intervenção dos diferentes serviços tributários em áreas sensíveis ou de risco, tendo em vista a melhoria contínua da qualidade, eficácia, eficiência e impacto da intervenção da Administração Tributária.

Para a prossecução destes objectivos, foram previstas realizar 14 acções de controlo, estando já concluídas 11, 2 encontram-se em fase de contraditório e uma está em fase de elaboração do relatório final após procedimento de contraditório já efectuado. Note-se também que "Auditoria ao sistema de controlo da transmissibilidade de prejuízos e do planeamento fiscal" abrangeu 3 grupos económicos, estando concluído 1 e aguarda decisão o relatório referente a outros 2, razão pela qual os resultados apresentados só se referirão ao relatório concluído em 2007.

*Projecto: Controlo e avaliação dos processos de gestão da administração tributária*

Os objectivos deste projecto visam uma acção de controlo da IGF especialmente dirigida à melhoria da eficiência, qualidade e eficácia da Administração Tributária em termos dos meios e tecnologias de que dispõe, dos processos e boas práticas de gestão que utiliza e da justiça tributária que exerce.

Assim, no âmbito deste projecto, foram realizadas 10 acções de controlo, 2 auditorias, 2 avaliações, 5 monitorizações e um acompanhamento de missão comunitária.

## CONTROLO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A execução dos trabalhos previstos neste domínio de controlo decorreu dentro das previsões estabelecidas, embora com alguns desvios de recursos e atrasos devido à necessidade de apoiar outras equipas de inspecção em matérias que carecem de competências de tecnologias de informação.

*Projecto: Controlo e avaliação das Tecnologias e Sistemas de Informação da AP*

Em 2007 realizaram-se várias auditorias informáticas, com uma incidência mais na Segurança Social, destacando-se:

- Auditoria ao **Sistema de Informação do Subsídio de Desemprego** - foram avaliados os controlos gerais do sistema, o circuito de informação de desemprego com especial atenção à sua integração tendo sido extraídas diversas conclusões e recomendações;

- **Comunicação de dados entre a SS e a Administração Fiscal no âmbito do protocolo de cooperação;**
- **Análise de risco e estratégia de auditoria para o QREN.** Foi elaborada uma síntese sobre o estado da segurança dos sistemas de informação actuais das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais;
- **Auditoria à gestão da dependência e do risco de continuidade nos grandes centros de informática do MFAP** (em curso). Pretende-se avaliar o risco da continuidade, nomeadamente: os procedimentos para proteger os recursos de informação e minimizar o risco de interrupções não planeadas; o plano de recuperação das operações críticas se ocorrer uma interrupção; o grau de dependência da organização em relação aos fornecedores.

## AVALIAÇÃO

Neste domínio foram levadas a cabo ou iniciadas diversas actividades relacionadas com as políticas activas de emprego e com as Iniciativas Locais de Emprego.

*Projectos: Avaliação de medidas no âmbito de Programas Orçamentais e Avaliação da eficiência de Centros de Emprego*

No âmbito deste projecto, foi concluído o Estudo Prévio relativo às Políticas activas de emprego, estando em curso a avaliação das Iniciativas Locais de Emprego que inclui a realização de inquérito por questionário aos Centros de Emprego, que já responderam na totalidade, e a uma amostra representativa de Iniciativas junto dos respectivos promotores e beneficiários.

Está em fase de ultimateção a Avaliação da eficiência de Centros de Emprego, realizada com apoio na técnica de programação linear designada DEA (*Data Envelopment Analysis*), que permitiu a avaliação da eficiência relativa de unidades produtoras homogéneas, no caso, os já referidos Centros de Emprego.

## CONTROLO DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DOS RH DA AP

As actividades desenvolvidas visaram controlar o cumprimento das políticas de modernização da Administração Pública, particularmente as respeitantes à avaliação de desempenho.

*Projecto: Modernização administrativa, qualidade e racionalização em serviços públicos*

A Inspeção-Geral de Finanças foi incumbida, por determinação superior, de efectuar o ponto de situação da avaliação do desempenho dos trabalhadores dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado em 2006 e 2007.

Esta acção, que ficou concluída no final de Maio, teve por base um inquérito lançado na Internet que abrangeu 464.903 trabalhadores e 1.493 serviços.

A acção de auditoria aos dados fornecidos no RIAP (Recenseamento dos Imóveis da Administração Pública) pelos serviços da administração directa ficou suspensa no 1.º semestre, por indisponibilidade da informação relativa ao recenseamento dos imóveis. Entretanto no 2.º semestre, foi elaborado um Estudo Prévio sobre esta matéria e serão realizadas em 2008 duas acções neste âmbito.

*Projecto: Avaliação do sistema de indicadores de desempenho de entidades da Administração Central*

Dada a afectação de recursos a outros projectos, não foi possível dar execução, no decurso do 1º semestre, às acções de avaliação inseridas no âmbito deste projecto, prevendo-se que a elaboração do Estudo Prévio seja iniciada no decurso do 2º semestre.

## ACÇÕES DE NATUREZA INVESTIGATÓRIA E DISCIPLINAR

*Projecto: Acção investigatória e disciplinar*

No âmbito deste Projecto, foram analisadas e tratadas 488 situações de denúncias e exposições diversas apresentadas por contribuintes em matéria tributária e instaurados 5 processos disciplinares por proposta da IGF.

## APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Esta área de negócio apresenta uma extensão considerável e inclui, essencialmente, as acções que são solicitadas superiormente no decurso do ano e que, por isso, são irregulares.

*Projecto: Apoio técnico especializado - Reforma da Administração Pública*

A IGF continuou a apoiar a Reforma da Administração Pública com diversas iniciativas. Durante o ano de 2007, foram cedidos cerca de 900 DUIS de pessoal altamente especializado para tarefas relacionadas especialmente com a criação e arranque da GeRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, EPE.

*Projecto: Apoio técnico especializado - Económico-financeiro*

No âmbito do projecto **Controlo financeiro das parcerias público-privadas (PPP) e outros contratos de concessão – Transportes e Saneamento** destacamos as seguintes informações e pareceres:

- Concessão SCUT das Beiras Litoral e Alta, SCUT Costa de Prata, Concessão AENOR – Transferência das acções detidas pela Sociedade de Construções H. Hagen, SA;
- Concessão Oeste – Transferência das acções detidas pela Lena Engenharia e Construções, SA na Auto Estradas do Oeste, SA;
- Concessão BRISA – Comparticipações financeiras para investimento e conta corrente com o Estado em 30/Jun/2006. Análise dos elementos justificativos dos movimentos efectuados pela empresa, com referência a 30/Jun/2006, na conta corrente afecta às comparticipações financeiras devidas pelo Estado, com vista à posterior regularização do seu saldo pela EP - Estradas de Portugal, EPE;
- Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, SA. Reformulação das taxas de portagem do sublanço Marinha Grande Sul / Marinha Grande Este (A8);

- Concessão BRISA - Taxas de portagem para o sublanço da A10, Nó A1 / A 10 - Benavente;
- Concessão do Grande Porto - Áreas de serviço da Maia. Minuta do Contrato de subconcessão da actividade de combustível e loja;
- Acordo sobre a execução do Acórdão do Tribunal Arbitral no âmbito do contrato de concessão de Lanços de Auto-Estradas e Conjuntos Viários Associados na Zona Oeste de Portugal;
- Concessão BRISA - Comparticipações financeiras para investimento e conta corrente com o Estado em 30/Jun/2007. Análise dos elementos justificativos dos movimentos efectuados pela empresa, com referência a 30/Jun/2007, na conta corrente afecta às comparticipações financeiras devidas pelo Estado, com vista à posterior regularização do seu saldo pela EP - Estradas de Portugal presentemente transformada em SA;
- FERTAGUS - Contrato de Concessão para a exploração do serviço de transporte urbano de passageiros no eixo ferroviário Norte-sul - Proposta de Acordo;
- FERTAGUS - Oferta de serviço equivalente a feriado em dia de Carnaval. Análise das implicações financeiras do tratamento da Terça-feira de Carnaval como dia feriado, no âmbito do contrato de concessão celebrado com a empresa;
- Metropolitano Ligeiro da Margem Sul do Tejo - Proposta de Acordo de alteração ao Contrato de Concessão;
- Apoio ao sector Aéreo - Utilização de verbas transitadas em saldo e ainda não pagas previstas no OE 2006. Ponto de situação dos trabalhos de certificação das obrigações de serviço público (OSP) de transporte aéreo, com vista a habilitar a DGT a gerir, da forma que considerar mais adequada, as verbas inscritas a esse título no Capítulo 60º do OE/2006, transitadas em saldo e ainda não pagas, às empresas do sector aéreo prestadoras daquelas obrigações;
- Proposta de revogação do Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril. Contributo da IGF relativamente a uma proposta de Decreto-Lei, enviada pelo INAC, destinada a adequar à realidade actual as obrigações de serviço público e as ajudas do Estado no âmbito dos serviços aéreos regulares estabelecidos entre o Continente e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, entre estas, no interior de cada Região Autónoma, ou para qualquer região periférica ou em desenvolvimento do território nacional, bem como em ligações aéreas de fraca densidade de tráfego, actualmente reguladas pelo citado decreto-lei;

- Certificação do subsídio ao preço do bilhete da Air Luxor relativo a 2005 nas ligações – Funchal, ao abrigo do Decreto-Lei nº 138/99, de 23 de Abril, e respectivo pagamento;
- Rotas entre o Continente e Região Autónoma da Madeira – Eliminação de obrigações de serviço público e substituição por outras formas de apoio;
- LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA. Certificação dos montantes relativos ao serviço público noticioso prestado pela LUSA nos exercícios de 2005 e 2006, no âmbito do contrato de prestação do serviço público entre o Estado e a LUSA;
- NAV PORTUGAL, EPE - Parecer sobre a prestação de contas de 2005;
- NAV PORTUGAL, EPE - Prestação de contas de 2005. Regime de contratação pública aplicável à aquisição de bens e serviços;
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA – Análise da proposta equiparação da sociedade do grupo B, nível 1, em vez de grupo C, nível 2;
- Comunicação do Sindicato dos Jornalistas: denúncia do “Protocolo-quadro de regulação da presença de estudantes em empresas jornalísticas”;
- Casa do Douro - Análise das ênfases indicadas na certificação legal das contas relativas a 2001 e 2002, e da declaração de impossibilidade de certificação legal das contas do exercício de 2003.

No âmbito do projecto **Controlo de Grupos Empresariais Públicos** destacamos a informação sobre a Parceria EDIA/EDP – Contrato de exploração e gestão de energia.

No âmbito do projecto **Controlo da situação Económico-Financeira de Empresas Públicas – outros** destacamos o seguinte:

- Projecto de decreto-lei que aprova as bases da concessão da rede rodoviária nacional;
- Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto Linha do Porto – Gondomar, relativa à autorização do investimento da linha de Gondomar, troço Estádio do Dragão – Venda Nova;
- Metro do Porto, S.A. - Proposta de financiamento estruturado do contrato de fornecimento e manutenção de material circulante para as linhas P e T da rede.



No que respeita ao **apoio técnico especializado no domínio da gestão pública**, foram realizadas as seguintes acções:

- Realização de 3 Pontos de situação sobre o grau de cumprimento das recomendações da IGF no âmbito da Auditoria ao cumprimento das medidas de contenção da despesa pública;
- Parecer sobre o impacto financeiro das Unidades de Saúde Familiar;
- Análise de alterações orçamentais e pareceres às contas do IFADAP, ERSE e ICP-ANACOM;
- Pedido de reapreciação da reposição de verbas ao erário público, apresentada pela Movijovem;
- Apoio na contestação do MFAP em acção interposta pela FDTI;
- Análise de pedidos diversos de acesso a relatórios do Tribunal de Contas;

No que respeita ao **apoio técnico especializado no domínio tributário**, foram realizadas as seguintes acções:

- Informação sobre o Relatório elaborado pela delegação portuguesa sobre a visita efectuada às unidades anti-fraude da Bélgica e da França;
- Parecer sobre estampilha fiscal do tabaco manufacturado;
- Parecer sobre o Projecto de Portaria – Novo Sistema de Controlo Declarativo – Contabilístico dos Entrepostos Fiscais de Produção de Tabacos Manufacturados;
- Parecer sobre o Projecto de Portaria de Isenções do Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos.
- Acompanhamento da evolução do imposto sobre o tabaco.

---

*Projecto: Apoio técnico especializado – jurídico*

São de relevar as seguintes acções:

- Projecto de Decreto-Lei que cria o regime da Taxa de Regulação das Infra-estruturas Rodoviárias (TRIR) – Emissão parecer;
- RTP - Contribuição para o audiovisual, prevista na Lei nº 30/2003, de 22/08. Correção das insuficiências de controlo;

- PARPÚBLICA – Apreciação da aquisição e detenção de unidades de participação de fundos de investimento imobiliário geridos pela FUNDIESTAMO;
- Alteração ao contrato SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal.

No âmbito do apoio técnico autárquico, é de referir que deram entrada na IGF 37 processos de análises de denúncias e participações, dos quais foram concluídos 30 processos que, após análise técnico-jurídica, foram encaminhados às entidades judiciais competentes, a órgãos de soberania, nomeadamente Assembleia da República, sempre que estava em causa a resposta a requerimento de deputados.

Destaca-se, ainda, a elaboração de parecer sobre a eventual homologação de parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, referente a fundações de iniciativa municipal.

---

*Projecto: Apoio técnico especializado - Comissões e grupos de trabalho*

Destaca-se a participação nos seguintes grupos e comissões:

- Comissão para Orçamentação por Programas com um inspector nomeado pelo Ministro de Estado e das Finanças;
- Comissão de Acompanhamento do Metro do Porto e na Comissão de Observação e Acompanhamento Prevista na Cláusula 9.<sup>a</sup> do Protocolo Anexo ao Diploma que Aprovou a Concessão (transferência de trabalhadores da CP e REFER para a Metro do Porto);
- Grupo de trabalho transversal que integrou também elementos dos gabinetes do SETF, SET, IMTT, Parpública e Metro do Porto com vista à alteração das Bases da concessão, estatutos e acordo parassocial;
- Grupo de trabalho composto por representantes da IGF, SEOPTC e INAC, com vista à revisão do subsídio ao preço do bilhete nas ligações aéreas com a região Autónoma da Madeira e no interior desta, bem como sobre a revisão do DL n.º 138/99, Lei base das obrigações do serviço público no transporte aéreo, destinada a adequar o citado diploma às novas condições do mercado aéreo regular para as Regiões Autónomas e reforma do sistema das ajudas de Estado;
- Comissão para a revisão do contrato de concessão de serviço público entre o Estado e a LUSA;
- Comissão de acompanhamento do Metro Ligeiro de Superfície (1.<sup>a</sup> fase) – Algés/Falagueira;

- Equipa de projecto para acompanhamento do estudo e implementação do projecto do novo Aeroporto de Lisboa;
- Equipa de projecto para acompanhamento do estudo e implementação do projecto de rede ferroviária de alta velocidade;
- Comissão de acompanhamento dos concursos públicos para a concessão da actividade, em regime de serviço público, da exploração da actividade da SILOPOR;
- Comissão de acompanhamento da implementação das medidas de saneamento financeiro da Casa do Douro e alteração institucional da Região Demarcada do Douro;
- Equipa de Missão do Metropolitano Ligeiro da Margem Sul do Tejo;
- Comissões de vencimentos de diversas empresas do sector empresarial do Estado;
- No que respeita à participação em grupos de trabalho no domínio tributário, a IGF fez-se representar por um inspector no grupo de trabalho de controlo do imposto sobre viaturas automóveis;
- Participação no Conselho Coordenador das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do MFAP;
- Participação na Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e na Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNC-AP).

## PLANEAMENTO E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

Enquadra as acções relacionadas com a elaboração dos documentos de planeamento e de relato das actividades, de manuais de apoio à actividade e outras iniciativas inovadoras. Integra ainda as actividades relacionadas com a formação profissional.

*Projecto: Prospectiva, Planeamento, Inovação e Benchmarking*

No período em análise:

- Elaborou-se o Relatório de Actividades de 2006 da IGF;
- Elaborou-se o Ponto de Situação do Plano de Actividades de 2007 da IGF;

- Concluiu-se o módulo de “Recursos Humanos” do Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão da IGF;
- Concluiu-se o desenvolvimento do SIAudit – Sistema de Informação do SCI, sistema que possibilita o acompanhamento das auditorias a efectuar pelas várias entidades que integram o Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado. As suas principais funcionalidades são a introdução dos respectivos planos de actividades, para efeitos de coordenação do planeamento, a inclusão dos relatórios à medida que as auditorias vão sendo concluídas e o acompanhamento da evolução das recomendações com informação de *follow-up*. Este sistema foi incluído nas medidas do Simplex 2007;
- No âmbito do desenvolvimento do SIPART - Sistema com informação das participações de entes públicos, realizaram-se várias iniciativas junto das entidades com dever de prestação de informação no sentido de melhorar a qualidade e quantidade da informação e foram introduzidos mecanismos automáticos de alerta. Encontram-se igualmente em curso as alterações decorrentes de novos regimes jurídicos, como seja o novo regime do Sector Empresarial Local;
- Desenvolvimento, em consonância com o previsto no SIADAP, do processo de elaboração do QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização da IGF para 2008, identificação dos respectivos indicadores de desempenho e mecanismos de operacionalização da auto-avaliação de desempenho da IGF;
- Foi elaborado o relatório de Avaliação de resultados do controlo tributário efectuado pela IGF em 2006, tendo já sido sancionado por despacho do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e remetido à DGCI e DGAIEC, a fim de ser acompanhado pelos respectivos gabinetes de auditoria interna;
- Foi elaborado o projecto de NORMAS DE BOAS-PRÁTICAS DA IGF, o qual foi sujeito à discussão de todos os inspectores da IGF, de modo a ser aprovada a sua versão final no primeiro trimestre de 2008.

*Projecto: Gestão de Conhecimento - Formação e Desenvolvimento de Competências*

Este projecto decorreu normalmente e alinhado com a actividade operacional, tal como foi previsto inicialmente. Mais à frente apresenta-se um relato detalhado sobre as acções de formação profissional levadas a efeito.

---

*Projecto: Investigação e desenvolvimento, boas práticas e intelligence*

No âmbito deste projecto foi intensificada a cooperação com o ESV (Suécia) e com o Ministério das Finanças da República Checa, na medida em que uma delegação da IGF se deslocou à República Checa, por um período de 4 dias, no sentido de contribuir para a construção de um modelo de controlo para o QREN – 2007/2013.

Foram actualizados os Painéis de Indicadores de Desempenho das Alfândegas e dos Serviços de Finanças, os quais depois de aprovados pelos respectivos responsáveis, irão ser disponibilizados em base de dados no 1.º trimestre de 2008, com o apoio informático da DGITA.

Está, também, em curso a elaboração do painel de indicadores do desempenho da área anti-fraude.

## ACÇÕES DE COOPERAÇÃO

Nesta área integram-se os projectos de desenvolvimento de parcerias e de outras formas de cooperação com órgãos de controlo nacionais e estrangeiros, particularmente dos PALOP e da UE.

---

*Projecto: Cooperação e Relações Institucionais*

No âmbito deste projecto assumem especial relevo as seguintes acções de cooperação já realizadas ou em curso em 2008:

### PROJECTO DE COOPERAÇÃO ENTRE A IGF DE MOÇAMBIQUE, A IGF DE PORTUGAL E O ESV DA SUÉCIA

- Realização, no mês de Maio, em Estocolmo, da 17.ª Reunião do Comité Directivo do Projecto de Cooperação entre o ESV/Suécia, a IGF de Moçambique e a IGF de Portugal. Foram apresentados os termos de referência para execução de várias acções de cooperação nos domínios da formação, execução de auditorias e de implementação de diversas aplicações informáticas na IGF de Moçambique;
- Realização, no mês de Novembro, em Maputo, da 18.ª Reunião do Comité Directivo do Projecto de Cooperação entre o ESV/Suécia, a IGF de Moçambique e a IGF de Portugal. Foi apresentado o balanço de execução das actividades de 2006/07, bem como apresentados e discutidos os termos de

referência para execução de várias acções de cooperação nos domínios da formação, execução de auditorias e de implementação de diversas aplicações informáticas na IGF de Moçambique, durante 2008. Foi ainda constituído um grupo de trabalho, com 2 elementos da IGF-PT, IGF-M e ESV para dar parecer sobre os termos de referência e as metodologias a adoptar relativamente às acções de cooperação a desenvolver no futuro no âmbito deste Projecto;

- Início de acção de assistência técnica/consultadoria na execução de uma "Avaliação do clima organizacional da IGF de Moçambique", prevendo-se a sua conclusão no 1.º trimestre de 2008, com apresentação das conclusões em Seminário a organizar para o efeito no mês de Abril de 2008;
- Assistência técnica à implementação do sistema de informação (TI) da IGF de Moçambique, com duração de 2 semanas;
- Assistência técnica na elaboração de um projecto normativo sobre as carreiras da IGF de Moçambique.

#### **COOPERAÇÃO COM OS PALOP NO ÂMBITO DO PROGRAMA INTEGRADO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM FINANÇAS PÚBLICAS (PICATFIN)**

Durante o ano de 2007, a IGF integrou através de um seu representante as seguintes missões no âmbito do PICATFin, coordenadas pelo GPEARI do MFAP:

- No mês de Junho, missão ao Ministério das Finanças de S. Tomé e Príncipe, tendo em vista a preparação de um projecto de cooperação entre o MFAP de Portugal e o MF de STP em matéria de finanças públicas. Este Programa encontra-se aprovado e em execução, o qual prevê para o período de 2008-2010 a realização de 14 acções de formação em sala e on job e 10 acções de assistência técnica em auditoria e avaliação entre a IGF-PT e a IGF-STP, envolvendo uma despesa de cerca de 160 800 Euros;
- No mês de Dezembro, missão ao Ministério das Finanças de Cabo Verde, com os mesmos objectivos. O respectivo Programa encontra-se também já aprovado e em execução, o qual prevê para o período de 2008-2011 a realização de 23 acções de formação em sala e on job e 10 acções de assistência técnica em auditoria e avaliação entre a IGF-PT e a IGF-CV, envolvendo uma despesa de cerca de 234 655 Euros.

#### **COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES HOMÓLOGAS DOS PALOP**

- Realizou-se uma reunião de trabalho na IGF entre os inspectores-gerais da IGF-PT e da Inspeção-Geral de Administração do Estado de Angola, tendo em vista a celebração de um protocolo de cooperação entre as duas inspeções-gerais, encontrando-se o mesmo em fase de ultimização, prevendo-se a sua assinatura no início do 2.º trimestre de 2008;

- Iniciaram-se também negociações com a IGF de Angola, tendo em vista a elaboração de um programa de cooperação com a IGF de Portugal a integrar por adenda ao PICATFin-Angola, encontrando-se o mesmo em fase de ultimateção;
- Iniciaram-se as negociações para a celebração de um memorandum de entendimento entre os Inspectores-Gerais das IGF dos PALOP, tendo em vista a realização de uma Conferência Anual sobre a "O Papel e Estratégias das IGF no Sistema Nacional de Controlo", que se realizará rotativamente em cada um dos respectivos países, prevendo-se a sua ultimateção no 1.º semestre de 2008. Esta iniciativa, para além da IGF de Portugal, tem já a aderência das IGF de Angola, Cabo-Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé e Príncipe;
- O Inspector-Geral, na qualidade de convidado especial do seu homólogo de Cabo Verde, deslocou-se a este País no âmbito do Seminário "Novos Desafios na Aquisição Pública e o Controlo das Finanças Públicas", no qual apresentou uma comunicação subordinada ao tema "Controlo de execução financeira das Aquisições Públicas". Nesta deslocação foi acompanhado por um IFD, que desenvolveu o tema "Dever de Boa Administração e as Aquisições Públicas". O Seminário, que decorreu na cidade da Praia, foi organizado pelo Ministério das Finanças e Administração Pública de Cabo Verde e teve como destinatários, nomeadamente, os dirigentes, inspectores, técnicos superiores, chefias administrativas da IGFCV, do Tribunal de Contas, de outros departamentos do MFAP e dos institutos públicos e autarquias locais;
- Realizaram-se na IGF de Cabo Verde duas acções de formação, de 1 semana cada, uma sobre acção investigatória e disciplinar e outra sobre auditoria informática;
- Tiveram lugar na IGF de Portugal 2 estágios de técnicos da IGF de Cabo Verde, de 2 semanas cada, um para 2 técnicos administrativos, sobre organização e métodos, e outro para um inspector sobre sistemas de informação e auditoria informática.

#### COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL NACIONAL

- Participação da IGF no grupo de trabalho conjunto com a PJ e a DGCI para a elaboração de uma brochura/exposição sobre a luta contra a corrupção;
- Realização de um seminário, na IGF, em cooperação com a DGCI e o Gabinete do SEAF, sobre a fraude e evasão fiscais no IVA;
- Colaboração com a Procuradoria-Geral da República em diversas diligências solicitadas;
- Colaboração em matérias de gestão por objectivos e estratégia na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura e Pescas e com o Instituto do Vinho e da Vinha.

#### COOPERAÇÃO COM PAÍSES DA EU

- Teve lugar em Sofia, de 8 a 10 de Novembro 2007, um workshop promovido pelo 'Inspectorate for the State Administration', serviço integrado no Ministry of State Administration and Administrative Reform (MSAAR), com competências na realização de auditorias nos organismos e serviços governamentais, em matéria de Recursos Humanos. O objectivo traduzia-se na partilha de experiências de países da UE em matéria de controlo da aplicação da legislação relativa a RH.
- Estiveram presentes, a nível interno, entre outros: *Deputy Minister of State Administration and Administrative Reform, General Inspector, Director of Directorate State Administration Inspectorate*, representantes da Embaixada Britânica e do British Council, bem como os inspectores da instituição. A nível externo, estiveram presentes, além da IGF, representante da *Italian Inspectorate for State Administration* e consultor representativo da UK experience.
- Foi intensificada a cooperação com o ESV (Suécia) e com o Ministério das Finanças da República Checa, com deslocação de uma delegação da IGF à República Checa, por um período de 4 dias, no sentido de contribuir para a construção de um modelo de controlo para o QREN – 2007/2013.

#### **Twining com a Roménia**

A IGF foi convidada pela Comissão Europeia para participar num projecto de *Twining* com os homólogos de França e Polónia, que se iniciou em 2007 e se prolonga para 2008, junto da Autoridade de Auditoria da Roménia.

Em 2007, para além da preparação do projecto e do respectivo lançamento, que envolveu uma deslocação do Inspector-Geral e de um Subinspector-Geral, registou-se uma outra acção no local para preparação do Manual de Auditoria. Este projecto envolverá, em 2008, para além da conclusão do Manual, acções de formação e acompanhamento da execução de auditorias.

#### **Seminário na Turquia**

Realizou-se em Novembro de 2007 um seminário sobre controlo financeiro dirigido à entidade homóloga da IGF na Turquia, envolvendo uma deslocação da delegação portuguesa àquele país.



## ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS

Este projecto engloba todas as actividades (administrativas) relacionadas com a gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais.

Assim, no âmbito das actividades de gestão do pessoal, destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento, em consonância com o previsto no SIADAP (Subsistemas 2 e 3), do processo de fixação dos objectivos anuais dos trabalhadores, com vista à sua aplicação ao desempenho de 2008;
- Elaboração do Balanço Social e Balanço Social Consolidado, enviados à SGMF e relativos a 2006;
- Preparação e envio do ficheiro da Base de dados da Administração Pública (BDAP);
- Elaboração e envio, por meios informáticos, das declarações anuais em matéria de impostos;
- Cumprimento de todas as formalidades administrativas e acompanhamento da conclusão do processo classificativo relativo a 2006, em observância da aplicação do SIADAP específico adaptado da IGF.

No âmbito da gestão dos recursos financeiros e materiais, relevam-se as seguintes actividades:

- Preparação do Relatório de Gestão Orçamental e da Conta de Gerência respeitantes a 2006;
- Execução do Orçamento de 2007 e apresentação dos instrumentos de informação à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública;
- Realização de todas as diligências inerentes ao encerramento do Centro de Apoio Regional em Coimbra;
- Desenvolvimento das acções relacionadas com a afectação à IGF de parte substancial do património da Inspeção-Geral da Administração Pública - mobiliário e outros equipamentos - na sequência da extinção deste organismo determinada pela RCM n.º 39/2006, publicada em 21 de Abril e cujas atribuições foram integradas na IGF conforme decorre da Lei Orgânica desta Inspeção-Geral (Decreto-Lei n.º 79/2007, de 29 de Março);
- Participação da IGF no projecto de compras electrónicas da Unidade Ministerial de Compras do MFAP, enquanto entidade integrada no agrupamento de entidades adjudicantes e no núcleo;

- Desenvolvimento das tarefas inerentes à vertente financeira do projecto co-financiado pelo Programa Assistência Técnica do QCA III, destinado a financiar a contratação de auditores externos e outras despesas no âmbito dos trabalhos preparatórios visando a emissão pela IGF de relatórios no encerramento das intervenções operacionais do QCA III e lançamento das acções de auditoria decorrentes do QREN;
- Desenvolvimento das acções necessárias à manutenção de todas as estruturas ligadas ao funcionamento das instalações, à segurança das pessoas e bens e ao conforto de utilizadores, à gestão dos contratos, ao aprovisionamento e realização de despesas, processamento e controlo contabilístico e, bem assim, diversas outras tarefas no âmbito do apoio logístico.

No âmbito da gestão dos recursos tecnológicos, relevam-se as seguintes actividades:

- Manutenção da rede de comunicações e lançamento de um procedimento de consulta prévia para aquisição do serviço de rede de dados e acesso à Internet;
- Manutenção dos computadores pessoais e servidores;
- Gestão da segurança informática nos PC e servidores;
- Aquisição e instalação de computadores pessoais e respectivo software;
- Divulgação e apoio à utilização de equipamento e software.

## 4. RECURSOS UTILIZADOS

### CONDICIONANTES DAS ACTIVIDADES

As principais condicionantes à actividade da IGF foram as seguintes:

- No fim de 2007, o mapa de pessoal apresentava menos 12 inspectores do que em 2006, resultante da saída de 22 inspectores (7 por aposentação, 7 em comissão de serviço, 6 por requisição, 1 para cooperação e 1 com licença sem vencimento) e entrada de 10 inspectores (dos quais, 6 regressos e 4 por transferência do quadro da DGO). Refira-se também a admissão de 1 Directora de Serviços e a saída dos 3 estagiários no âmbito do PEPAP na sequência da conclusão do respectivo estágio;
- Ao nível do pessoal administrativo assistiu-se à saída de 2 funcionários (1 por aposentação e o outro em comissão de serviço) e à entrada de 1 técnico profissional por concurso.

Estas condicionantes levaram à necessidade de redefinição de prioridades de várias acções, com a consequente reafectação dos recursos disponíveis em função das solicitações do Governo não contempladas no Plano de Actividades.

### RECURSOS HUMANOS

À data de 31 de Dezembro de 2007, conforme se evidencia no Anexo I, encontravam-se ao serviço da IGF 214 funcionários (incluindo 1 técnico em regime de avença)<sup>2</sup>, dos quais 16 integravam o grupo de pessoal dirigente (incluindo a Directora de Serviços) e 23 a exercer as funções de chefe de equipa. O pessoal técnico superior era constituído por 126 inspectores e 1 técnica superior.

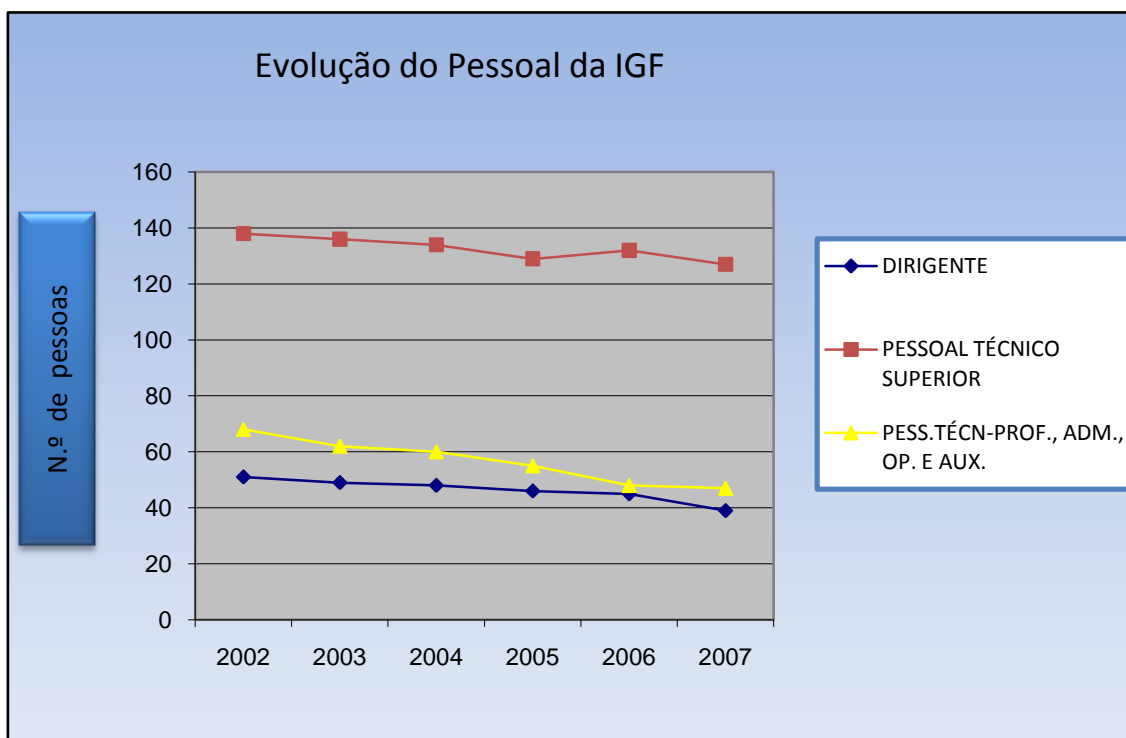
Saliente-se que, à mesma data, se encontravam a exercer funções fora do organismo 96 funcionários, 87 dos quais pertencentes ao pessoal técnico superior que, na sua maioria, desempenhavam funções dirigentes no âmbito da Administração Pública ou em Gabinetes dos membros do Governo.

#### **Evolução do Número de Recursos Humanos**

A evolução dos efectivos humanos pertencentes ao quadro da IGF no período 2002/2007 encontra-se reflectida no gráfico seguinte:

---

<sup>2</sup> Trata-se de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1997 com um engenheiro técnico electromecânico, inscrito na Direcção-Geral de Energia, de assistência técnica às instalações eléctricas do edifício sede e fiscalização dos quatro ascensores do mesmo.



A IGF tem vindo a reduzir o número total de funcionários durante os últimos seis anos. Em 2007, de acordo com a nova lei orgânica da IGF, aprovada em Março, a categoria de Inspector de Finanças Chefe deixou de existir e o novo cargo de Chefe de Equipa, entretanto criado, deixou de integrar o grupo do pessoal dirigente.

Note-se que, não obstante a integração de inspectores da ex-IGAP o pessoal técnico superior registou um decréscimo de 12 inspectores relativamente a 2006.

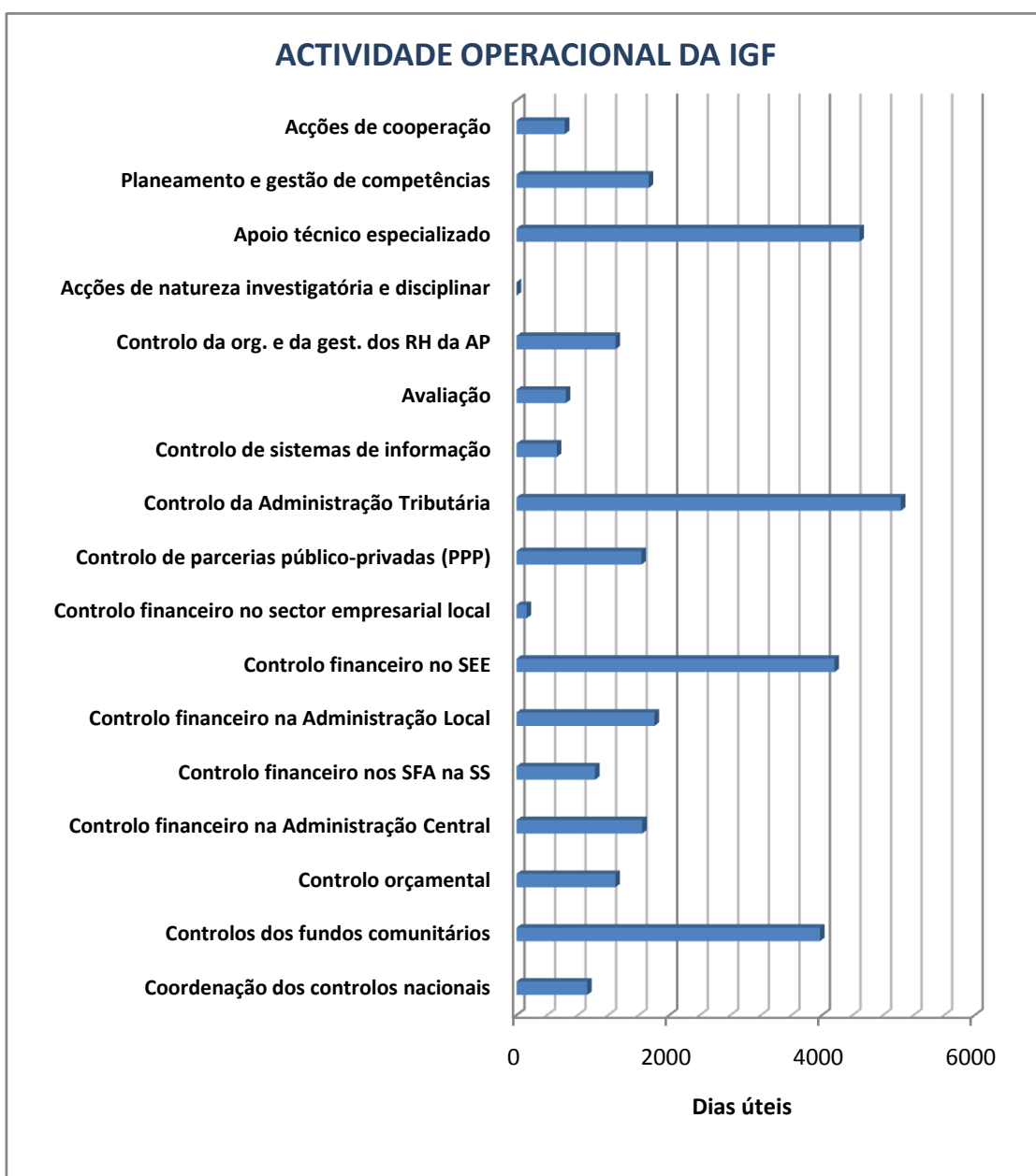
A utilização intensiva de tecnologias de informação na actividade de inspecção e nos procedimentos administrativos permitiu acomodar esta redução de pessoal sem condicionar negativamente a sua eficácia. Embora algumas metodologias e procedimentos possam ainda ser objecto de inovação pontual no sentido da eficiência, a eventual redução de pessoal no futuro terá consequências negativas nos resultados de controlo esperados.

### Utilização dos Recursos Humanos

O Plano de Actividades, ao concretizar o Plano Estratégico definido para um período de 3 anos mas revisto anualmente, indica as áreas onde se perspectiva que as auditorias, análises e avaliações da IGF venham a incidir. Todavia, são sempre introduzidas algumas alterações quer ao plano quer à própria estrutura organizacional por forma, por exemplo, a poder dar resposta tempestiva às solicitações superiores não planeadas.

O Plano Operacional para 2007 teve um grau de execução satisfatório. Grande parte das alterações ao plano inicial decorreu das acções que foram determinadas superiormente ao longo do ano e da revisão de tempos (DUI) em acções planeadas que obrigaram a reafectar os inspectores entre os diferentes projectos e acções.

A afectação do pessoal inspectivo aos diversos projectos, medida em Dias Úteis, representa-se no gráfico seguinte:



## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A concretização do Plano de Formação Profissional, visando a melhoria constante da qualificação dos recursos humanos, totalizou 17.749,5 horas, sendo 11.681,5 horas de formação interna e 6.068 horas de formação externa - das quais 3.508,5 horas respeitam a autoformação - cuja distribuição por domínios, em número de horas e número de participantes, se evidencia no quadro seguinte:

**Qualificação dos recursos humanos da IGF**

DESIGNAÇÃO DO DOMÍNIO	Nº HORAS INTERNA	Nº PARTIC	Nº HORAS EXTERNA	Nº PARTIC	Nº HORAS TOTAL	%
Administração / Gestão das Organizações	978	224	2.258	69	3.236	18,2%
Ciências Humanas e Sociais	438	38	18	2	456	2,6%
Direito	1.914	349	922	96	2.836	16,0%
Economia/Finanças	7.033,5	1.413	633,5	62	7.667	43,2%
Informática	940	178	1.636	77	2.576	14,5%
Línguas e Literaturas			53,5	1	53,5	0,3%
Qualidade			175	26	175	1,0%
Formação Pedagógica de Formadores			160	1	160	0,9%
Administração Autárquica	378	32	212	29	590	3,3%
<b>Total</b>	<b>11.681,5</b>	<b>2.234</b>	<b>6.068</b>	<b>364</b>	<b>17.749,5</b>	<b>100%</b>

O quadro anterior não inclui o número de horas de formação frequentadas, no 1º trimestre, num total de 78 horas, pelos 3 estagiários do PEPAP, que terminaram o estágio em 31 de Março de 2007.

Tendo em conta que estava prevista no Plano de Formação 2007 - 2008, no tocante à formação passiva, relativamente ao ano de 2007, a utilização de 11.520 horas, o grau de execução, em 2007, foi de 154%.

A execução registada permitiu assim atingir 100,2 horas de formação/inspector e 26 horas de formação/outros funcionários, o que representa, respectivamente, 163% e 89% do valor previsto no Plano de Formação.

No respeitante à formação interna há a acrescentar, no âmbito da cooperação com outros organismos, o número de horas frequentadas por um grupo de 8 finalistas do Curso de Administração Naval da Escola Naval do Alfeite, num total de 24 horas.

É, também, de referir a realização pela IGF de três acções de formação abertas a dirigentes e quadros de outras entidades, designadamente dos organismos que integram o CC do SCI, num total de 80 convidados e 483 horas, distribuídas do seguinte modo:

- Um Seminário sobre o QREN 2007 – 2013, que teve a participação de 61 convidados;
- Um Seminário sobre “Auditoria Única e Coordenação Estratégica”, com cerca de 120 convidados;
- Uma Conferência sobre “Controlo e Auditoria para o Período de Programação 2007 – 2013”, com cerca de 100 convidados.

## RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros geridos no ano de 2007 totalizaram M€ 10,836 (orçamento corrigido), dos quais 8,8% relativos ao PIDDAC. A taxa de realização do Orçamento de Funcionamento situou-se em 95% e a do Orçamento PIDDAC em 53%, conforme consta no Anexo II.

No PIDDAC estavam incluídas as dotações das Medidas: “Assistência Técnica do QCA III – vertentes FEDER e FSE”, que representaram 41% do total do investimento (dotação ajustada); da Medida “Novas Capacidades Tecnológicas e Racionalização de Custos de Comunicações”, que constituiu 45% do investimento; e das Medidas “Conservação/Beneficiação dos Bens e Equipamentos” e “Qualificação e Valorização dos Recursos Humanos”, estas últimas assumindo os restantes 14%.

O investimento na conservação das instalações e respectivo equipamento traduziu-se na colocação de um acesso mecanizado para deficientes na entrada.

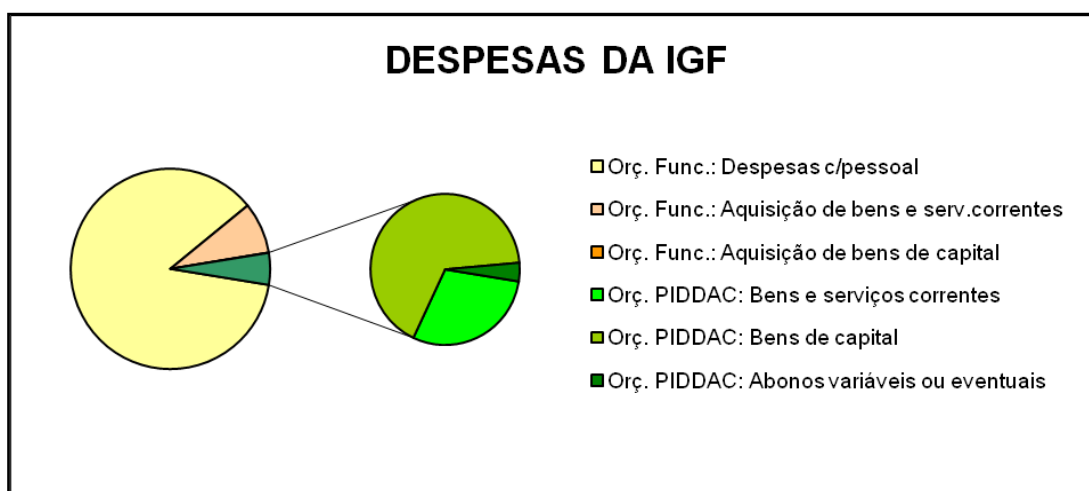
O investimento em recursos tecnológicos, que apresentou uma execução de 90%, assentou na aquisição de 60 computadores portáteis e de 62 processadores para computadores de secretária, 25 monitores, 1 impressora, 1 scanner, e na aquisição de software informático, nomeadamente, a renovação do Microsoft Enterprise Agreement e a aquisição e actualização de outras licenças (Anti-vírus, Ownet, SPSS Base System, Data Envelopment analysis (DEA), Visual Studio, Adobe Acrobat Pro8, Oracle, etc).

Na estrutura dos encargos de funcionamento com os Serviços próprios destacam-se as despesas com o pessoal (91,2%) e as despesas com aquisições de bens e serviços correntes (8,7%) já que as despesas de capital não assumiram expressão significativa.

Refira-se ainda, que do total dos M€ 8,595 de despesas com o pessoal, conforme consta do Anexo II, m€ 134 (1,56%) dizem respeito aos custos com o pessoal que se encontra destacado em gabinetes ministeriais.

Do total dos investimentos realizados, através do orçamento de funcionamento e do PIDDAC, este último contribuiu com cerca de 99% para o investimento global.

A repartição do conjunto destas despesas por grandes grupos encontra-se evidenciada no gráfico infra:



**RECURSOS MATERIAIS**

Conforme referido no ponto anterior, executou-se apenas a obra de colocação de um acesso mecanizado para deficientes na entrada principal da sede. No entanto, para além disso, foi lançado um procedimento para reparação e beneficiação do Posto de Transformação situado no edifício-sede da IGF.

Refira-se, contudo, que pelo facto de neste momento não existir um organismo semelhante à ex-DGEMN (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), a quem a IGF possa recorrer para executar empreitadas mais complexas, foi solicitado apoio técnico à Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos da DGCI.



## LISTA DE SIGLAS

<b>AC</b>	Administração Central
<b>AdP</b>	Águas de Portugal
<b>ADSE</b>	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
<b>AL</b>	Autarquias Locais
<b>AP</b>	Administração Pública
<b>APL</b>	APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.
<b>ARSLVT</b>	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
<b>BD</b>	Base de Dados
<b>CA</b>	Conselho de Administração
<b>CAV</b>	Contribuição para o Audiovisual
<b>CC</b>	Conselho Coordenador
<b>CCAS</b>	Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços
<b>CCSPT</b>	Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão
<b>CDSS</b>	Centro Distrital de Segurança Social
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CGA</b>	Caixa Geral de Aposentações
<b>CIFG</b>	Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo da Aplicação do Sistema de Financiamento do FEOGA – Garantia
<b>CIRC</b>	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
<b>CML</b>	Câmara Municipal de Lisboa
<b>COBIT</b>	Control Objectives for Information and related Technology
<b>COCOLAF</b>	Comité Consultivo de Coordenação da Luta Contra a Fraude
<b>DCU</b>	Documento de Correção Único
<b>DEA</b>	Data Envelopment Analysis
<b>DGAIEC</b>	Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
<b>DGCI</b>	Direcção-Geral dos Impostos
<b>DGTF</b>	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
<b>DGITA</b>	Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DUI</b>	Dia Útil de Inspector
<b>DUQ</b>	Despesa do Último Quadrimestre
<b>EBF</b>	Estatuto dos Benefícios Fiscais
<b>EM</b>	Estado-Membro
<b>EMEL</b>	EMEL – Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, EM
<b>EP</b>	Empresas Públicas
<b>EPE</b>	Entidade Pública Empresarial
<b>EPUL</b>	EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>ESV</b>	The Swedish National Financial Management Authority
<b>FEADER</b>	Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
<b>FEAGA</b>	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
<b>FEOGA-Garantia</b>	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Garantia
<b>GeRAP</b>	Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, EPE

<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>GPEARI</b>	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
<b>IAPMEI</b>	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
<b>IC</b>	Indemnização Compensatória
<b>ICEP</b>	Instituto das Empresas para os Mercados Externos
<b>IDQ</b>	Sistema de Identificação e Qualificação
<b>IFADAP</b>	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas
<b>IFAP</b>	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
<b>IFDR</b>	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
<b>IGAE</b>	Intervención General de la Administración del Estado
<b>IGAP</b>	Inspeção-Geral da Agricultura e Pescas
<b>IGF</b>	Inspeção-Geral de Finanças
<b>IGIF</b>	Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde
<b>IGFSS</b>	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
<b>INGA</b>	Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
<b>IP</b>	Instituto Público
<b>IMI</b>	Imposto Municipal sobre Imóveis
<b>IMT</b>	Imposto Municipal sobre a Transmissão onerosa de Imóveis
<b>INTERREG</b>	Programa de Iniciativa Comunitária para a Cooperação Transfronteiriça, Transnacional e Inter-Regional
<b>IRC</b>	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
<b>IRS</b>	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
<b>ISO</b>	International Organization for Standardization
<b>TTIJ, IP</b>	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, IP
<b>ITP</b>	Instituto de Turismo de Portugal
<b>IVA</b>	Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>LEO</b>	Lei de Enquadramento Orçamental
<b>LISACTION</b>	Programa de Acções Inovadoras para a Região de Lisboa e Vale do Tejo
<b>LUSA</b>	LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.
<b>MFAP</b>	Ministério das Finanças e da Administração Pública
<b>MSAAR</b>	Ministry of State Administration and Administrative Reform
<b>NIF</b>	Número de Informação Fiscal
<b>OE</b>	Orçamento do Estado
<b>OLAF</b>	Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PAMAF</b>	Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal
<b>PEPAP</b>	Programa Estágios Profissionais na Administração Pública
<b>PICATFIN</b>	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
<b>PEC</b>	Pagamento Especial por Conta
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PF</b>	Project Finance
<b>PGR</b>	Procuradoria-Geral da República
<b>PPP</b>	Parcerias Público-Privadas
<b>PRAI</b>	Programa Regional de Acções Inovadoras
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>QCA III</b>	Quadro Comunitário de Apoio III

<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>REFER</b>	Rede Ferroviária Nacional, E. P.
<b>RETGS</b>	Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades
<b>RGIT</b>	Regime Geral do Imposto sobre Transacções
<b>RH</b>	Recursos Humanos
<b>RTP</b>	Rádio e Televisão de Portugal
<b>SANEST</b>	SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.
<b>SCI</b>	Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado
<b>SEAF</b>	Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
<b>SEE</b>	Sector Empresarial do Estado
<b>SEIP</b>	Secção Especializada de Informação e Planeamento
<b>SEL</b>	Sector Empresarial Local
<b>SF</b>	Serviço de Finanças
<b>SFA</b>	Serviços e Fundos Autónomos
<b>SGII</b>	Sociedades de Gestão e Investimento Imobiliário
<b>SGPS</b>	Sociedade Gestora de Participações Sociais
<b>SI</b>	Sistemas de Informação
<b>SIADAP</b>	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
<b>SIAUDIT</b>	Sistema de Informação de apoio das Auditorias dos membros do Conselho Coordenador do SCI
<b>SPA</b>	Sector Público Administrativo
<b>SS</b>	Segurança Social
<b>TI</b>	Tecnologias de Informação
<b>TMU</b>	Taxa Municipal Urbana
<b>UE</b>	União Europeia

ANEXO I – RECURSOS HUMANOS EM 31.12.2007

DESIGNAÇÃO	EFFECTIVOS REAIS			A EXERCER FUNÇÕES FORA DA IGF
	31/DEZ/2006	31/DEZ/2007	VARIAÇÃO	
<b>1 – DIRIGENTE</b>				
Inspector-Geral de Finanças	1	1	0	
Subinspector-Geral de Finanças	5	4	-1	
Inspector de Finanças Director	9	10	1	
Director de Serviços	0	1	1	
Inspector de Finanças Chefe	30	0	-30	
Chefes de Equipa		23	23	
<b>Subtotal</b>	<b>45</b>	<b>39</b>	<b>-6</b>	<b>0</b>
<b>2 - PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR</b>				
<b>Inspectores</b>				
Inspectores de finanças superiores principais e superiores	44	64	20	48
Inspectores de finanças principais, de finanças e estagiários	77	62	-15	39
<b>Técnicos Superiores</b>	0	0	0	
<b>Subtotal</b>	<b>121</b>	<b>126</b>	<b>5</b>	<b>87</b>
<b>3 - PESSOAL TÉCNICO-PROFISSIONAL, ADMINISTRATIVO, OPERÁRIO E AUXILIAR</b>				
Pessoal técnico de finanças	31	29	-2	5
Pessoal técnico-profissional	5	6	1	3
Pessoal administrativo	4	4	0	1
Pessoal operário	3	3	0	
Pessoal auxiliar	5	5	0	
<b>Subtotal</b>	<b>48</b>	<b>47</b>	<b>-1</b>	<b>9</b>
<b>TOTAL DO PESSOAL DO QUADRO</b>	<b>214</b>	<b>212</b>	<b>-2</b>	<b>96</b>
Destacados (Inspectores da IGAP)	10	0	-10	
Requisitado (técnico Superior)	1	1	0	
PEPAP (licenciados)	3	0	-3	
Avençado	1	1	0	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>229</b>	<b>214</b>	<b>-15</b>	<b>96</b>

**ANEXO II – RECURSOS FINANCEIROS**

(Em euros)

RUBRICAS ORÇAMENTAIS (Designação)	ORÇAMENTADO		REALIZADO <sup>2</sup> (3)	TAXA DE REALIZAÇÃO (3/2)
	INICIAL (1)	CORRIGIDO <sup>1</sup> (2)		
<b>1 - ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO</b>				
<b>SERVIÇOS PRÓPRIOS</b>				
Despesas c/pessoal	9.087.246	8.981.155	8.595.208	95,70%
Aquisição de bens e serviços correntes	861.839	892.738	822.994	92,19%
Aquisição de bens de capital	2.015	4.325	4.309	99,63%
	<b>9.951.100</b>	<b>9.878.218</b>	<b>9.422.511</b>	<b>95,39%</b>
<b>2 - PIDDAC</b>				
Abonos variáveis ou eventuais	44.828	44.828	20.420	45,55%
Aquisição de bens e serviços correntes	379.775	358.675	149.920	41,80%
Aquisição de bens de capital	628.771	554.537	339.849	61,29%
	<b>1.053.374</b>	<b>958.040</b>	<b>510.189</b>	<b>53,25%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.004.474</b>	<b>10.836.258</b>	<b>9.932.700</b>	<b>91,66%</b>

1 Orçamento após congelamento e alterações orçamentais.

2 Pagamentos líquidos das "Reposições abatidas nos pagamentos".

**ANEXO III – TIPO DE PRODUTOS DA IGF**

Produto	Sub Produto
<b>A- Auditoria</b>	
	A1 - Auditoria de desempenho
	A2 - Auditoria de Sistemas
	A3 - Auditoria financeira
	A5 - Outras Auditorias
	A6 - Auditoria informática
	A7 - Auditoria de programas
<b>B- Inspeção</b>	
	B1 - Inspeção de âmbito geral
<b>C- Acção investigatória sancionatória</b>	
	C1 - Inquérito
	C2 - Sindicância
	C3 - Averiguação
	C4 - Processo disciplinar e de contra-ordenação
<b>E- Acompanhamento e monitorização</b>	
	E1 - Controlos comunitários
	E2 - Entidades parafinanceiras
	E3 - Noutras entidades/actividades
	E4 - Administração Tributária
	E5 - Sector Público Administrativo
	E6 - Sector Autárquico
	E7 - Sector Público Empresarial
<b>H- Avaliação</b>	
	H1 - Avaliação de Programas
	H2 - Outras Avaliações
<b>M- Assessoria e Apoio Técnico</b>	
	M1 - Pareceres e estudos de natureza económica e financeira
	M2 - Participação em comissões, comités e grupos de trabalho
	M6 - Outras actividades de assessoria e apoio técnico
	M8 - Pareceres e estudos de natureza jurídica
	M9 - Informações Diversas
<b>N- Coordenação e Cooperação</b>	
	N1 - Internacional
	N2 - Comunitário

Produto	Sub Produto
	N3 – PALOP
	N5 - Nacional
	N7 – SCI
	N8 - Tribunais, Ministério Público e PJ
O- Gestão, organização, planeamento e controlo	
	O1 – Gestão
	O2 - Organização
	O3 - Planeamento
	O4 - Controlo e avaliação de resultados
P- Gestão e desenvolvimento dos recursos humanos	
	P1 - Gestão e Administração
	P2 - Formação Passiva
	P3 - Formação Activa
	P4 - Estudos, Projectos e Pareceres
	P6 - Avaliação do Desempenho
Q- Gestão e desenvolvimento dos meios técnicos e da informação	
	Q1 - Desenvolvimento de sistemas e aplicações
	Q2 - Aquisição, instalação e assistência a equipamentos e aplicações informáticas
	Q3 - Manutenção de bases de dados
	Q4 - Recolha e gestão da informação
S- Administração geral	
	S1 - Recursos materiais
	S2 - Recursos financeiros
	S3 - Apoio geral
T- Análise e Metodologia	
	T1 - Pesquisa e Análise
	T2 – Guiões
	T3 - Manuais
	T4 - Inquéritos